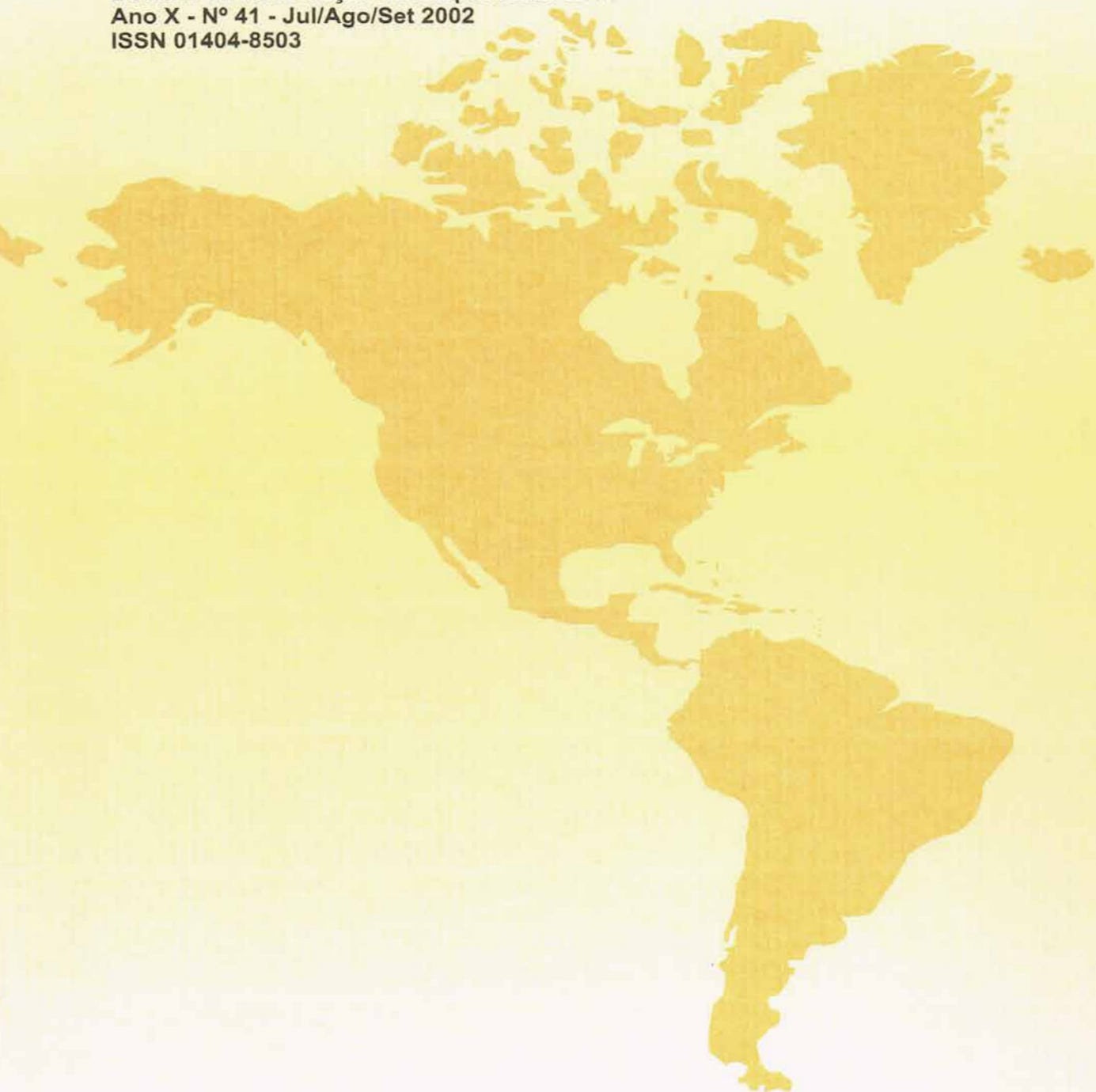
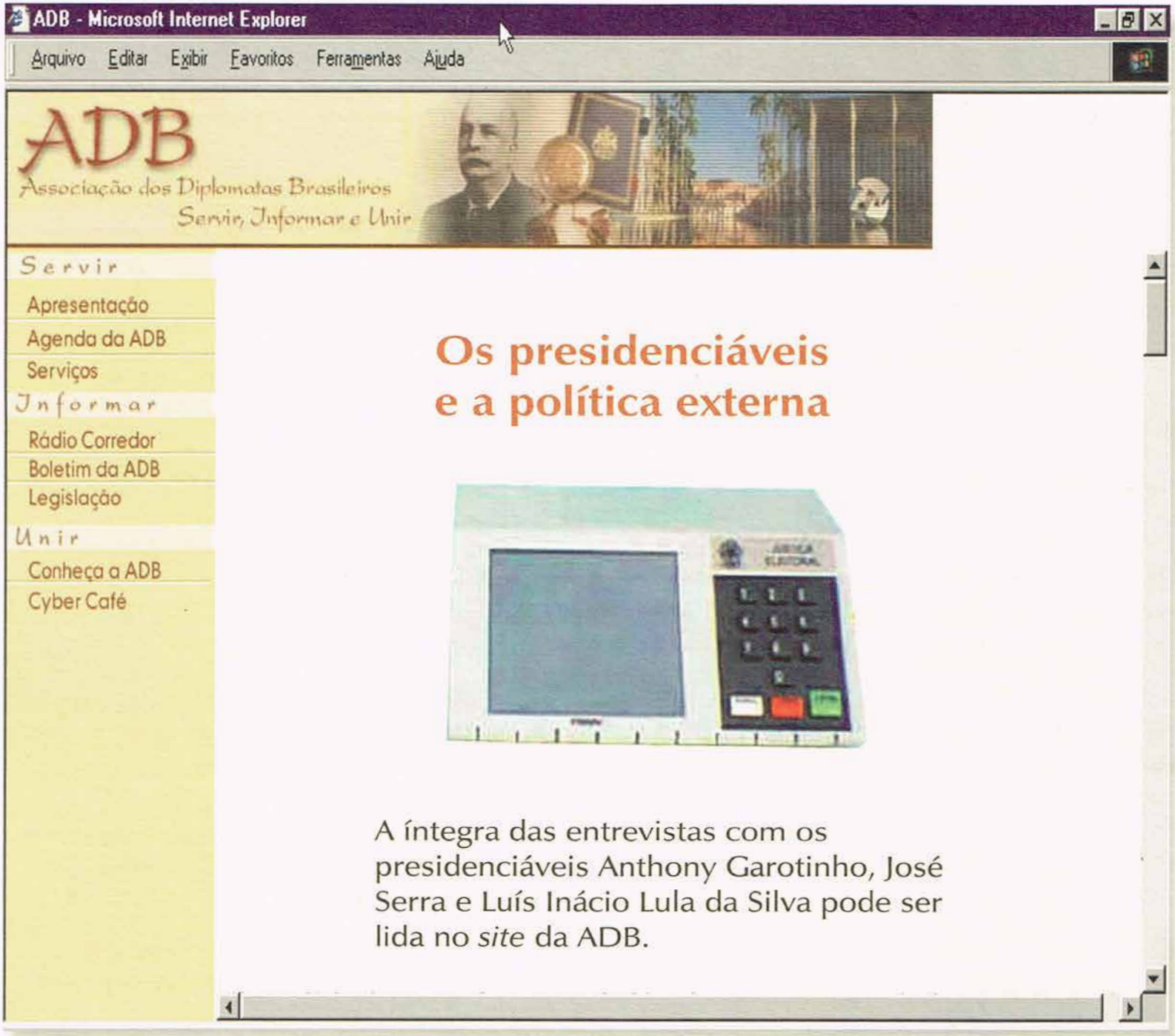
ADB

Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano X - Nº 41 - Jul/Ago/Set 2002
ISSN 01404-8503



Os presidenciáveis e a política externa



Visite o *site*
www.adb.org.br

Escreva
adb@mre.gov.br

ADB entrevista presidenciáveis

Antes de mais nada, desejo, em nome da Diretoria e do Conselho Editorial, apresentar as nossas desculpas pelo atraso na publicação deste número do Boletim, circunstância que, no caso presente, em grande parte deveu-se a fatores alheios à nossa vontade.

Consideramos que a publicação não poderia deixar de ouvir os quatro principais presidenciáveis, a exemplo do que já fizera a ADB em eleição anterior. Desta vez, preferimos não apresentar-lhes uma pergunta de caráter genérico e outra que lhes exercitava a capacidade de análise prospectiva e/ou futurologia, mas, sim, encaminhar-lhes cinco perguntas técnicas e precisas, cuidadosamente discutidas e elaboradas pelo Conselho Editorial, que, quando necessário, valeu-se, informalmente, do apoio de pelo menos um setor especializado do Itamaraty. O nosso cuidado em não atrasar o Boletim e produzir uma matéria de capa digna dos nossos leitores levou-nos, inclusive, a contratar uma empresa especializada para submeter as perguntas às assessorias internacionais e/ou de imprensa dos presidenciáveis, editar as respostas e submetê-las à nossa aprovação final.

Todo o processo caminhava bem, do ponto de vista cronológico (três dos candidatos encaminharam suas respostas no tempo previsto) quando a empresa especializada informou-nos de que não conseguia, a despeito de inúmeras tentativas, resposta da assessoria de um dos candidatos. Como desejávamos muito, por motivos óbvios, contar com as quatro respostas, atrasamos a publicação do Boletim em cerca de cinqüenta dias, na busca de obtermos a posição faltante.

Durante esse processo, a empresa contratada chegou mesmo a enviar correspondência eletrônica ao endereço, no exterior, da pessoa tida como o principal assessor do presidenciável, que, a exemplo das demais assessorias consultadas, também não respondeu às nossas perguntas. Não obstante o contratempo acima descrito, consideramos a matéria de capa bastante informativa e *food for thought* quando da próxima eleição presidencial. As perguntas e respostas serão encontradas, em sua integridade, na página da ADB.

Conforme havíamos prometido quando da posse da atual Diretoria, a ADB, sem descurar dos princípios da disciplina e da hierarquia, tudo faria em defesa dos legítimos direitos de seus associados. Nesse sentido, como é do conhecimento de todos, contratamos, após darmos ciência à alta Administração da Casa, um dos melhores escritórios de Brasília especializado em Direito Administrativo para, em ação em que a ADB é a parte litigante, defender, pela via judiciária, sem custos para os associados, expectativas de direitos que interessam a todos os níveis hierárquicos.

Nesse período em que muitas foram as realizações, não podemos esquecer, porém, a tristeza de haver o Itamaraty perdido, no espaço de poucos dias, duas de suas maiores figuras, os embaixadores Sette Câmara e Jorge de Carvalho e Silva, homenageados, neste número, *in memoriam*, respectivamente, pelo ministro Celso Lafer e pelo ex-ministro Mario Gibson Alves Barbosa.

Luiz Villarinho Pedroso

Índice

página 4

Entrelinhas

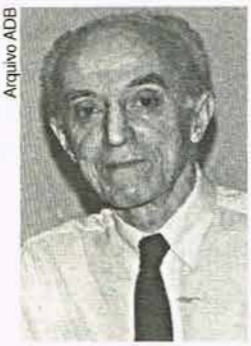
Contratação de uma assessoria jurídica, mudanças nos estatutos, e a discussão das ações que a ADB deve ingressar na Justiça são alguns dos assuntos tratados nas Entrelinhas.

Arquivo da ADB

página 13

Carreira Diplomática

Existe igualdade de gênero na carreira diplomática brasileira? A embaixadora Thereza Maria Machado Quintela considera que não, e aponta as dificuldades e os preconceitos que as mulheres enfrentam no exercício de sua profissão no Itamaraty.


Arquivo ADB

página 5

Personalidades

A carreira diplomática, interrompida em 1964, de Antônio Houaiss e sua contribuição como lingüista, filólogo e crítico literário, para a cultura brasileira são analisadas pelo secretário Roberto Doring Pinho da Silva.

página 18

Especial

A ADB decidiu conferir quais são as propostas para a política externa brasileira dos principais candidatos a presidente da República. As entrevistas com os presidenciáveis Garotinho, Serra e Lula trazem importantes depoimentos sobre a ALCA, a situação da Argentina e do Mercosul, o papel do Itamaraty no futuro governo, entre outras questões.

Os candidatos e

página 8

Raio X Diplomático

O Boletim da ADB examina a lei que criou o novo plano de carreira para os diplomatas, oficiais e assistentes de chancelaria, aprovado pelo Congresso Nacional, em junho deste ano.

Paulo Carvalho

página 4/16

Homenagem

Os embaixadores Celso Lafer e Mário Gibson Barbosa prestam homenagens, *in memoriam,* aos diplomatas José Sette Câmara Filho e Jorge de Carvalho e Silva.

página 24

Novos Tempos

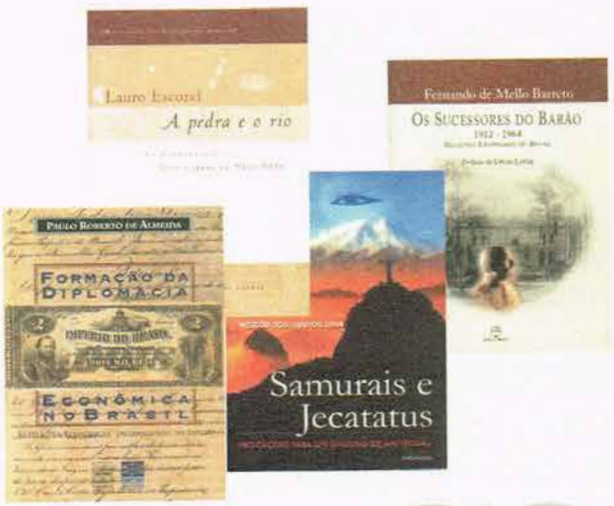
O jornalista George Mombiot, em artigo publicado no jornal *The Guardian,* denuncia o "Golpe de Estado Químico" promovido pelos Estados Unidos contra o embaixador José Maurício Bustani na Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ).

Índice

página 27

Crônica

O ministro Marco Aurélio Chaudon retorna às páginas do Boletim da ADB com a crônica "Além do lago e dos cisnes", que lança um olhar sobre os estereótipos dos diplomatas "punhos de renda", literato, economista e político.



página 32

Prata da Casa

A Pedra e o rio, de Lauro Scorel; Samurais e Jecatatus, de Nestor dos Santos Lima; Os sucessores do Barão, de Fernando Mello Barreto; e a Formação da diplomacia econômica no Brasil, de Paulo Roberto de Almeida, são as novidades que a seção Prata da Casa oferece aos leitores do Boletim da ADB.

a presidente da República
a política externa brasileira

página 28

Ensaios Acadêmicos

O panorama do mercado editorial que investe nas publicações sobre as relações internacionais e a história diplomática do Brasil são profundamente analisados pelo ministro Paulo Roberto de Almeida.

página 34

Ponto de Vista

O embaixador Luiz Souto Mayor entra no debate e apresenta o seu ponto de vista, no artigo "Diplomacia, disciplina e liberdade de expressão" sobre os limites das manifestações públicas dos diplomatas.

página 31

Galeria

O artista Athos Bulcão convidou a secretária Maria Sílvia Barbin Laurindo para "ver o desenho que ele estava fazendo" e falou sobre as suas obras, que dão um toque especial aos corredores e galerias do Palácio Itamaraty.

página 36

Serviços

O gerente Rubens Amaral informa sobre as novidades no atendimento da agência do Banco do Brasil em Miami.

Consórcio I

A administradora do consórcio de veículos Saga já abriu uma conta corrente em Miami. A decisão vai facilitar a operacionalização do convênio porque possibilita o pagamento das cotas adquiridas pelos diplomatas lotados no exterior.

Consórcio II

A Saga também abriu um grupo de consórcio imobiliário para os diplomatas associados à ADB. Os interessados em adquirir uma casa própria devem buscar maiores informações no *site* ou na Secretaria da Associação.

Convênios I

Foi assinado convênio com o Hotel Kubitschek Plaza, em Brasília, pelo período de um ano. Os associados da ADB terão direito a 50 diárias pelo valor R$ 166,50, o que equivale a um desconto de 49%.

Convênios II

A ADB firmou convênio com a AVIS Locadora de Veículos, que pode ser usado em todas as capitais do País. Os associados terão direito a descontos de 3% nas 98 lojas da locadora.

Falecimento

A oficial de chancelaria Rina Bonadies de Castro Alves, esposa do embaixador Dário Moreira de Castro Alves e mãe do conselheiro Manoel Innocencio de Lacerda Santos Júnior, faleceu em Lisboa no dia 30 de julho.

Assessoria Jurídica

O escritório Antônio Torreão Braz, Advocacia e Consultoria foi contratado para prestar serviços de assessoria jurídica para a ADB. Os advogados devem ingressar com ações na Justiça para resgatar perdas salariais dos diplomatas. A Associação vai pagar mensalmente para o escritório, a título de honorários, o valor de R$ 1.350,00 até o "trânsito em julgado" das ações impetradas. A contratação da assessoria jurídica não vai gerar ônus para os associados da ADB.

Comissão de diplomatas

O embaixador Luiz Orlando Carone Gélio propôs a formação de uma comissão de diplomatas para estudar e acompanhar as ações de interesse da ADB. A proposta foi aprovada e a comissão é composta pelos embaixadores Luiz Villarinho Pedroso e Cláudio Sotero Caio, pelo ministro Flávio de Oliveira Castro e pela secretária Maria Feliciana Ortigão Sampaio.

Mudança de Estatutos

A assembléia geral extraordinária, realizada no dia 23 de julho, decidiu modificar os estatutos da ADB para permitir que a entidade possa representar os seus filiados judicialmente. A alteração feita no artigo 4º, capítulo II do Estatuto habilita a associação a constituir advogados para representar judicial e extrajudicialmente os seus membros, aposentados e da ativa, em âmbito nacional.

Novos diretores e conselheiros

Os secretários Maria Feliciana Nunes Ortigão de Sampaio e José Roberto de Andrade Filho foram eleitos para a Diretoria da ADB. Os embaixadores Sérgio Damasceno e Hélcio Tavares, o conselheiro Igor Kipman e o secretário Roland Stille também foram indicados para compor o Conselho Fiscal da entidade. A eleição dos novos diretores e conselheiros ocorreu na assembléia da Associação, realizada em 15 de agosto.

Impressões de Antônio Houaiss

Em tempos tão infensos à atividade reflexiva, em que a velocidade imposta pelos meios de comunicação parece convidar à superficialidade, em que sutilmente a informação se sobrepõe ao conhecimento, o nome de Antônio Houaiss surge, não é exagero dizê-lo, como paradigma redentor. Com efeito, professor, diplomata e *gourmet*, lingüista, filólogo e crítico literário, tradutor, dicionarista e enciclopedista, homem de cultura e de bem, Antônio Houaiss foi, fragilíssimo na aparência, ao longo de oitenta e quatro anos intensamente vividos, uma fortaleza do saber, eclético e dinâmico, sem jamais deixar de ser profundo.

Arquivo ADB

Antônio Houaiss: carreira diplomática interrompida, abruptamente, em 1964

Houaiss diplomata

Como diplomata, Houaiss figurou, em sua época, entre os nomes mais destacados da Casa. Seu interesse sincero pelos assuntos a que se dedicou, sua percepção historicamente orientada da realidade internacional e seu intercurso social notável fizeram dele um funcionário diplomático de primeira linha. No contexto da política externa independente, cujos pontos fortes eram, conforme se sabe, o desenvolvimento, o desarmamento e a descolonização, Antônio Houaiss, na expressão do embaixador Marcos Azambuja, "se fez o dono virtual desse terceiro "D".

Naquele momento, trabalhando na missão junto às Nações Unidas (ONU), sempre muito ativo, não raro cercado de inexperientes representantes dos novos países africanos, que buscavam no afável e competente colega brasileiro um conselheiro para questões de procedimento, e mesmo de fundo, Houaiss envolveu-se diretamente nas negociações da Declaração de Outorga de Independência a Países e Povos Coloniais, texto fundamental para o processo de descolonização dos anos 60 e 70. Mas não foi só isso: em sua carreira diplomática, atuou também em outros domínios da ONU nas duas oportunidades em que lá serviu, e passou por vários outros postos no exterior e unidades da Secretaria de Estado, em todos os casos visando, sem descanso, ao padrão de excelência profissional de que nunca abdicou.

"Aposentadoria" compulsória

Se nos resta a sensação de que a obra diplomática de Antônio Houaiss ficou inacabada, é que sua trajetória no Itamaraty foi abruptamente interrompida, em julho de 1964, para usar suas próprias palavras, "sob pretexto técnico de que deixara de ser detentor de título eleitoral, título esse que seria de rigor para funcionário público". Ironicamente, porém, o funcionário punido acabou transformando o episódio da punição numa das mais belas passagens de sua biografia.

Inconformado com a decisão de que fôra vítima, Antônio Houaiss, em exemplar manifestação de fidelidade a seus princípios morais, produziu, no exíguo período de que dispôs para tanto, uma detalhada defesa em que demonstrou cabalmente sua "inocência". Ele expôs-se de forma destemida ao poder estabelecido, apesar da certeza que tinha quanto à natureza de "simulacro" da oportunidade que lhe ofereciam para defender-se. Portanto, ele estava convencido da inutilidade prática daquele seu procedimento.

A partir daí, "aposentado", desobrigado dos afazeres da carreira, Houaiss pôde entregar-se exclusivamente a sua vocação intelectual, com resultados extraordinários para a vida cultural brasileira.

Houaiss: diplomata, professor, lingüista, filólogo, dicionarista, enciclopedista, tradutor, crítico literário, *gourmet* etc., etc., etc., etc., etc., etc.

Seus estudos de lingüística e filologia ocupam lugar indiscutivelmente central no panorama das matérias, tanto no Brasil como em Portugal. Sobre eles, não faltam análises extensas e minuciosas, da lavra de especialistas com verdadeiro conhecimento de causa, todos unânimes em reconhecer-lhe a impressionante erudição e o extremo rigor. Aqui, talvez seja o caso apenas de chamar atenção para dois traços do Houaiss lingüista e filólogo que parecem particularmente marcantes: sua dedicação à ecdótica e sua quase obsessão pelas potencialidades da língua.

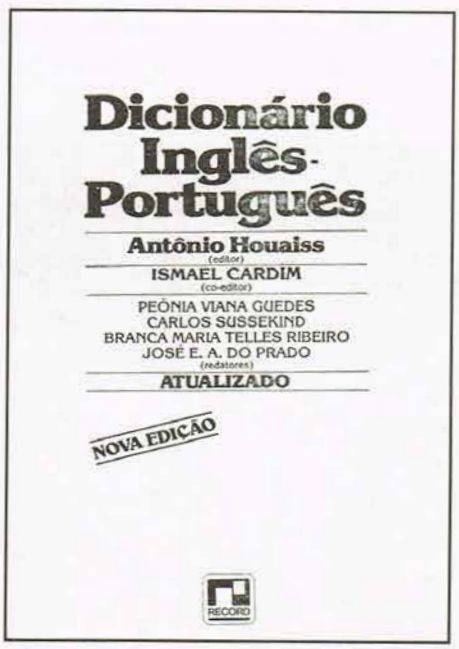
Crítico literário

No campo da ecdótica, Antônio Houaiss foi, no Brasil, como escreveu Leodegário A. de Azevedo Filho, "o maior mestre". Sua contribuição para a machadiana, com a publicação de "Introdução filológica às Memórias Póstumas de Brás Cubas", pode considerar-se, especificamente nesse plano, inexcedível: ela lançou, nas palavras do mesmo Leodegário, "as bases realmente científicas para a edição do maior escritor brasileiro de todos os tempos". Não menos consistente, de acordo com especialistas, é seu projeto de edição crítica da obra de Gregório de Matos, projeto que, uma vez desenvolvido, assentaria os pressupostos necessários para o conhecimento seguro de um dos mais expressivos poetas da lusofonia.

No que se refere à quase obsessão de Houaiss há pouco mencionada, pode-se imaginar que haja funcionado como espécie de "trunfo" em seus estudos da língua em geral. Com um domínio das palavras que transcendia o do lexicógrafo comum, Antônio Houaiss atentava constantemente para as possibilidades que, encerradas no sistema lingüístico, encontram-se à disposição do falante. E, ao fazê-lo, abria caminho para perspectivas totalmente inusitadas, para universos nunca antes suspeitados. Assim se verifica, por exemplo, em seus esclarecedores escritos de crítica literária, por meio dos quais nos legou interpretações sempre consistentes e freqüentemente originais de Gonçalves Dias, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto e tantos outros grandes poetas de nossa literatura.

Mas foi como tradutor que Antônio Houaiss se beneficiou de forma mais evi-

dente de sua radical consciência das potencialidades dos elementos do sistema lingüístico – além, é claro, de todo seu cabedal de conhecimentos em várias áreas e de sua aguçada sensibilidade literária. De fato, somos levados a crer que o verdadeiro prodígio da transposição para o vernáculo de Ulisses, tarefa maior da carreira do tradutor Houaiss, provavelmente não se teria podido levar a cabo não fosse essa consciência, a qual lhe permitiu, como resumiu Ivo Barroso, "reescrever" a obra de James Joyce em português.



Houaiss como dicionarista

Interessante sintoma da atenção dispensada por Antônio Houaiss às potencialidades da língua é o fato de que há, no "Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa", "obra-síntese" do mestre, produto do trabalho de inúmeros profissionais durante anos e anos, nada menos do que 13.095 verbetes dedicados aos morfemas usados como formantes de palavras, tudo a título de matéria- prima qualificada para o desenvolvimento saudável do idioma. Sendo a língua viva, mas não desprovida de regras, torna-se necessário, afinal, para fazer-se bom uso de sua elasticidade, conhecer tais regras. E, nesse sentido, nada mais prático para seu "utente" – como Houaiss gostava de dizer – do que aqueles 13.095 vebetes, com fundamento nos quais novos termos podem ser cunhados, em princípio, sem que se fira a lógica do sistema.

Por exemplo: é legítimo o emprego da palavra "imexível", que tanta controvérsia já provocou entre nós? E por que não, se existem os elementos "in" e "mexível"? Neste caso, contudo, ao contrário do que o leitor estará prestes a inferir, não será preciso justificar a escolha vocabular com base nos elementos formantes da palavra em questão. Tendo Houaiss sido seu defensor desde o início, lá está ela no houaiss, "em estado de dicionário", ao lado do ano em que entrou no português, como acontece, sempre que viável, na maravilhosa obra de que se trata: 1990.

Outros talentos

Muito mais se poderia dizer sobre Antônio Houaiss. Não se falou, até aqui, nem do membro da Academia Brasileira de Letras, nem do Ministro da Cultura, nem do *causeur*, nem do articulador do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Quanto ao enciclopedista, ao professor e ao *gourmet*, só se lhes fez alusão tangencial.

Mas, ainda que se dispusesse de mil páginas, a verdade é que Houaiss, com toda sua complexidade humana e intelectual, não é figura que se possa capturar integralmente em letras de forma – salvo, talvez, se ele próprio estivesse a manipulá-las, o que naturalmente não é mais possível.

Assim, fica-nos a missão, para a qual se espera que esta louvável iniciativa da Associação dos Diplomatas Brasileiros possa contribuir, de elevar o nome de Antônio Houaiss ao lugar de honra a que faz jus não apenas no Itamaraty, onde já tem sido objeto de importantes homenagens, mas no panteão da cultura brasileira.

Roberto Doring Pinho da Silva

Congresso aprova novas regras para a remuneração de diplomatas

Os diplomatas, oficiais e assistentes de chancelaria passaram a fazer parte, desde julho, do seleto clube de servidores públicos das carreiras exclusivas de Estado, que contam com uma política remuneratória própria. As novas regras para a remuneração dos integrantes da carreira do Serviço Exterior Brasileiro são resultado da aprovação de um projeto de lei, do Poder Executivo, que criou planos de carreiras que vão beneficiar 2,2 mil servidores do Itamaraty.

Arquivo SCS - Câmara dos Deputados

Deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), relator do projeto do Executivo no plenário da Câmara

O projeto, apresentado em abril deste ano, foi aprovado em tempo recorde pelo Poder Legislativo. Isso só foi possível porque houve acordo firmado entre as lideranças dos partidos governistas e de oposição. O entendimento se deu mediante a aprovação de um requerimento de urgência e a votação simbólica da proposta do Palácio do Planalto em plenário, na última sessão antes do início do recesso branco.

Na Câmara, o projeto foi relatado pelos deputados Miro Teixeira (PDT-RJ), Luciano Castro (PSDB-RR) e Luiz Carlos Haully (PSDB -PR). No Senado, o relator foi o senador Luiz Otávio (PPB-PA).

As novas faixas salariais estão estruturadas na forma de classes e padrões de vencimentos básicos, segundo os quais o valor mínimo para o ingresso na carreira diplomática – equivalente ao cargo de terceiro secretário – passa a ser de R$ 3.221,49, e o teto da carreira – ministro de primeira classe – deve atingir o montante de R$ 4.647,37. Além de fixar novos valores para os salários básicos, a lei instituiu as gratificações de desempenho de atividade diplomática (GDAD) e de oficial e assistente de chancelaria (GDAOC e GDAAC), que podem chegar a até 50% do vencimento básico. Com isso, as antigas gratificações GDD, GDC, GAE e a GHPA/A foram extintas.

Critério de avaliação

O percentual das gratificações será determinado pelos critérios de desempenho individual de cada servidor e do alcance de metas institucionais por todos, sendo que este poderá ser de até 20% do valor da GDAD, GDAOC e da GDAAC. Contudo, essa nova sistemática de cálculo não poderá implicar reduções de proventos e, caso isso ocorra, a diferença será paga a título de vantagem pessoal. Por outro lado, as gratificações não incidirão sobre os valores adicionais dos cargos em comissão, e sim sobre os vencimentos básicos.

As normas para as avaliações de desempenho institucional e individual serão objeto de regulamentação do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que já se encontra em fase de elaboração. Enquanto os critérios e os procedimentos não forem definidos, o valor das gratificações

corresponderá a 25% sobre o salário básico de cada servidor.

Todas essas regras valem para os servidores em exercício de atividades inerentes às suas atribuições no Itamaraty. Na hipótese de diplomatas, oficiais e assistentes de chancelaria estarem cedidos para outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal ou ocupando cargos em comissão DAS-4, a gratificação de desempenho individual será calculada com base em 37,5 pontos percentuais sobre o básico.

No caso de servidores ocupantes de DAS-5 e DAS-6 e daqueles que estiverem cedidos para a Presidência e Vice-Presidência da República, a aplicação das gratificações será igual à dos servidores em exercício no MRE. Já os integrantes das carreiras que se encontrarem afastados temporariamente do serviço público federal não farão jus às gratificações de desempenho.

Aposentadorias e pensões

Embora a lei estabeleça fórmulas diferenciadas, as novas gratificações também servem para os proventos das aposentadorias e pensões. Os atuais aposentados e pensionistas receberão as gratificações no valor de 10%. As situações futuras obedecerão a uma média aritmética do percentual que for atribuído ao servidor nas dez últimas avaliações de desempenho, ao longo de um período mínimo de 60 meses.

A lei aprovada prevê, ainda, uma outra particularidade, que atende aos interesses dos conselheiros e ministros de primeira e segunda classes que se aposentarem até doze meses após o regresso ao Brasil de missão no exterior por um período mínimo de 60 meses. Nesses casos, os servidores também terão direito a uma GDAD calculada em 50 pontos percentuais. A finalidade deste dispositivo é estimular a aposentadoria de quem retorna do exterior sem perspectiva de emprego na Secretaria de Estado.

Emendas rejeitadas

Apesar do caráter universalista do novo modelo de remuneração, cerca de 660 servidores, integrantes do quadro de pessoal permanente do Itamaraty e da Fundação Alexandre de Gusmão, foram excluídos dos benefícios das novas regras. Para evitar o que consideraram "discriminação", deputados tanto da oposição (PT e PDT), como da base de apoio do governo (PMDB e PFL) tentaram, durante as discussões do projeto, criar um quadro especial de auxiliares do Serviço Exterior e estender para os servidores não enquadrados nas carreiras de diplomata, oficial e assistente de chancelaria as disposições da lei. No entanto, todas essas emendas foram rejeitadas no plenário da Câmara dos Deputados.

Arquivo deputado Pedro Celso

Deputado Pedro Celso (PT-DF), autor de emendas, rejeitadas, ao projeto

Outra emenda rejeitada foi a que propunha a supressão dos parâmetros para as avaliações de desempenho individual, pelos quais a média das avaliações do conjunto de servidores das carreiras diplomáticas não poderá ser superior ao resultado das respectivas avaliações institucionais. Segundo a emenda do deputado federal Pedro Celso (PT-DF), o objetivo deste dispositivo é evitar que a totalidade dos servidores públicos avaliados recebam o valor máximo das gratificações de desempenho, por "meio de critérios artificiais que nada têm a ver com o desempenho aferido ou com as condições de trabalho dos servidores".

A adoção de critérios subjetivos para a avaliação de desempenho individual também é motivo de críticas de representantes de outras carreiras exclusivas de Estado. O presidente da Unafisco Sindical – entidade representativa dos auditores fiscais, – Paulo Gil, na edição anterior do Boletim da ADB, alertou os diplomatas sobre os problemas dessa forma de avaliação: "A gratificação funciona como um elemento de politização do serviço público, na medida em que coloca os servidores nas mãos das chefias".

O projeto do Poder Executivo foi encaminhado ao Congresso Nacional logo após a divulgação de um estudo contratado pela ADB, que pesquisou a realidade dos salários e das condições de trabalho de magistrados, procuradores da República, policiais e peritos federais e auditores fiscais.

Gustavo Magalhães

Embaixador Villarinho: o salário de ingresso dos terceiros secretários continua menor em relação aos procuradores da República

Atuação da ADB

O presidente da ADB, Luiz Villarinho Pedroso, explica que, apesar de ter tomado conhecimento prévio do projeto e de ter sido informado de todos os passos das negociações entre os representantes do MRE e da Casa Civil da Presidência da República, a entidade não fez *lobby* para a aprovação do projeto. No entanto, Villarinho reconhece que o estudo da ADB contribuiu para acelerar o processo de elaboração da minuta do projeto de lei.

A análise do novo modelo de remuneração dos diplomatas pela categoria e pela direção da ADB ainda não terminou. O assunto já foi discutido em assembléia, quando foram levantadas críticas e dúvidas de alguns pontos da lei. Essas questões poderão ser respondidas no encontro que o presidente da ADB deverá ter com a administração do Itamaraty. Enquanto isso não acontece, o debate continua.

Sobre a fórmula de definição do percentual do valor das gratificações, a ministra Maria Elisa Berenguer, integrante do Conselho Editorial do Boletim da ADB, pergunta: "Um membro de carreira de Estado pode ter um desempenho abaixo da excelência?".

Proposta alternativa

O embaixador Villarinho, apesar de considerar como ponto positivo o aumento do salário básico, entende que o ideal seria trocar as gratificações por desempenho individual por uma representação da função, a exemplo do que existe no exterior. O presidente da ADB assinala, ainda, que o salário de ingresso dos terceiros secretários continua menor, em relação aos proventos de outras carreiras exclusivas de Estado, como os procuradores da República.

Eventuais problemas e imperfeições da lei só poderão ser corrigidas por meio da apresentação de proposições legislativas, que terão de ser analisadas novamente pelo Congresso Nacional. Já os critérios para as avaliações de desempenho institucional e individual serão definidas por meio de uma regulamentação do Ministério das Relações Exteriores. Uma vez que a experiência de outras carreiras exclusivas de Estado não foi das melhores, a ADB promete acompanhar de perto esse processo.

Ronaldo de Moura

Falecimento do embaixador José Sette Câmara Filho

A morte, aos 82 anos de idade, do embaixador José Sette Câmara Filho priva o Brasil de um dos grandes expoentes de sua diplomacia. Ingressado na Casa de Rio Branco em 1945, sua passagem pela vida pública confunde-se com acontecimentos relevantes da segunda metade do século XX.

Tratado de Tlatelolco

Teve atuação destacada nas Nações Unidas no período de 1964 a 1968, ocasião em que, ao chefiar a delegação brasileira naquele órgão, participou dos trabalhos da Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina. Essas discussões levariam, em 1967, na Cidade do México, à conclusão do "Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina", conhecido como Tratado de "Tlatelolco". Entre 1967 e 1968, chefiaria a delegação brasileira no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

CEDOC - Jornal de Brasília

Embaixador Sette Câmara: "Sua passagem pela vida pública confunde-se com acontecimentos relevantes da segunda metade do século XX"

A título mais pessoal, permito-me fazer três registros sobre a figura de José Sette Câmara Filho, que foi meu antecessor na chefia da missão do Brasil em Genebra nos anos de 1960 e 1961. Durante esse período, tive o prazer de conhecê-lo pessoalmente, e com ele conversar com mais vagar reflexivo em 1992, por ocasião de minha primeira passagem na chefia do Itamaraty.

Assessor de JK

Como admirador e estudioso do governo Juscelino Kubitschek, gostaria de lembrar o papel que exerceu como seu colaborador, desde os tempos da prefeitura de Belo Horizonte, no período de 1940 a 1945. Destaco, nesse sentido, sua atuação no Gabinete Civil da Presidência da República, que chefiou entre 1959 e 1960. Esse foi um período particularmente rico de nossa história, marcado, entre outros episódios, pela mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília.

Contribuições ao Direito Internacional

Como jurista, realço a sua contribuição ao Direito Internacional em três vertentes. A primeira diz respeito à sua participação na codificação e desenvolvimento progressivo nos projetos discutidos no âmbito da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas (CDI), que integrou de 1970 a 1982 e presidiu em 1978. Cabe igualmente registrar seu papel na Conferência das Nações Unidas de 1975, que concluiu a "Convenção sobre a Representação dos Estados em suas Relações com Organizações Internacionais", bem como na Conferência das Nações Unidas de 1978, que adotou a "Convenção sobre a Sucessão de Estados em Matéria de Tratados".

Embaixador Sette Câmara: diplomata brilhante, jurista no campo do Direito Internacional e colaborador do prefeito JK e do presidente Getúlio Vargas

Corte de Haia

Vale destacar também a sua contribuição como juiz da Corte Internacional de Justiça de Haia, para a qual foi eleito em 1978, marcando a volta do Brasil àquela instituição após ausência de 22 anos. Nesse posto, ele deu sua inovadora contribuição à jurisprudência internacional, especialmente na "Questão concernente a atividades militares e paramilitares na e contra a Nicarágua", decidida em 27 de janeiro de 1986. O embaixador Sette Câmara também teve participação importante no caso da disputa de fronteiras entre El Salvador e Honduras, decidida em 11 de setembro de 1992.

Por último, assinalo ainda a sua condição de jurista-doutrinador, devendo-se mencionar, *inter alia*, as originais antecipações contidas no seu curso na Academia de Haia, ministrado em 1984, sobre a poluição dos rios internacionais. Sette Câmara participou, assim, do processo de elaboração normativa no plano internacional como legislador, juiz e doutrinador, tendo dessa maneira contribuído para as fontes do Direito Internacional Público nos termos do artigo 38 dos estatutos da Corte Internacional de Justiça.

Analista político

Finalmente, como analista político, lembro o seu precioso livro-depoimento a respeito do período em que serviu no Gabinete Civil do presidente Getúlio Vargas, na década de 50. "Agosto 1954" é revelador de arguta sensibilidade, inteligência e capacidade analítica.

Embaixador Sette Câmara, nesta obra, esclarece tanto os meandros do processo decisório na mais alta instância do Executivo, quanto as personalidades mergulhadas na situação limite que levou ao desfecho da crise do segundo governo Vargas. Essas qualidades nunca lhe faltaram ao longo de uma vida pública tão rica em circunstâncias como em realizações.

Celso Lafer

A presença feminina na diplomacia brasileira

Quando assumi, em junho de 1995, a chefia da embaixada em Moscou, a revista Veja publicou uma nota intitulada "Itamaraty de saia ocupa a Rússia", na qual afirmava que a representação diplomática brasileira virara um matriarcado. Isso apenas porque éramos três mulheres na embaixada, num total de oito diplomatas.

Mas que fôssemos três mulheres num mesmo posto, e ocupando, duas de nós, as posições mais altas – embaixadora e ministra-conselheira – representava realmente um grande avanço em relação, por exemplo, a 1964, quando pela primeira vez me candidatei a ser transferida para o exterior. Como, então, manifestei preferência por um posto no Prata, ouvi da Administração que isso não seria possível, porque já havia uma mulher em Buenos Aires e outra em Montevidéu. Isso muito embora houvesse, nas duas capitais, um total de cinco postos.

Arquivo da ADB

Maria José de Castro Rebello Mendes: primeira colocada para a Secretaria de Estado, em 1918

Primeira diplomata

A presença feminina no Itamaraty tem uma longa história, que começa em 1918, quando a baiana Maria José de Castro Rebello Mendes foi a primeira colocada num concurso de provas para ingresso no quadro de oficiais da Secretaria de Estado (havia na época três grupos distintos de funcionários, os outros dois sendo o Corpo Diplomático e o Corpo Consular) e se tornou a primeira funcionária pública brasileira. Ela só pôde concorrer porque Rui Barbosa argumentou, em seu favor, que a expressão "todos os brasileiros" do artigo 73 da Constituição de 1891 não era excludente das mulheres, mas abrangia ambos os sexos.

Desde então, passados 84 anos, como estão as mulheres no Itamaraty? Do ponto de vista legal, a igualdade foi alcançada: o ministério foi evoluindo com o tempo e, numa marcha irregular, com avanços e retrocessos, foi eliminando, paulatinamente, todas as normas discriminatórias.

Retrocessos

Os retrocessos a que me refiro foram a proibição do acesso da mulher à profissão de diplomata, introduzida pelo Decreto-Lei nº 791, de 14/10/1938, uma reforma que unificou os Corpos Diplomático e Consular e criou a carreira de diplomata. Uma outra reforma, em 1931, já havia eliminado o quadro de oficiais da SERE. Na ocasião, todas as mulheres que nele se encontravam foram transferidas para o Corpo Consular e nenhuma para o Corpo Diplomático. O parágrafo único do artigo 30 do mencionado Decreto-Lei determinou que só brasileiros natos do sexo masculino poderiam ingressar na carreira.

Outro retrocesso foi o parágrafo segundo do artigo terceiro do Decreto-Lei nº 9.202, de 26/04/1946, que proibiu o casamento de diplomata com funcionária pública e, portanto, com colega, como havia sido

possível nos primeiros anos, após o ingresso de mulheres no Itamaraty. Aliás, os obstáculos decorrentes do casamento já vinham do Decreto nº 24.113, de 12/04/1934, que aprovara os regulamentos para o Serviço Diplomático e para o Serviço Consular e determinara que, no caso de matrimônio entre funcionários daqueles serviços, um deles teria de passar para a disponibilidade não remunerada.

A proibição de ingresso só foi abolida em 1954 (Lei nº 2.171), embora antes disso, em 1953, uma mulher – Maria Sandra Cordeiro de Mello – já tivesse logrado ingressar no Instituto Rio Branco, graças a um mandado de segurança. Já a proibição de casamento permaneceu sendo aplicada até 1965, quando o consultor jurídico, professor Haroldo Valladão, deu o parecer nº 1.821. O consultor demonstrou que as disposições sobre casamento de diplomatas do Decreto-Lei nº 9.202 haviam sido revogadas pelas disposições pertinentes da Lei nº 3.917, de 14/07/1961(reorganização do MRE), que não incluíam tal proibição.

A diplomata Maria Sandra só conseguiu ingressar no Instituto Rio Branco por meio de um mandado de segurança

Essa foi substituída pela proibição de servirem ambos os cônjuges no exterior: o Decreto-Lei nº 69, de 21/11/1966, dispôs que, para remoção, um dos cônjuges teria forçosamente de agregar, entrando no gozo de uma licença sem remuneração, promoção ou contagem de tempo de serviço. Quase sempre, por opção do casal, o cônjuge que agregou e teve sua carreira prejudicada foi a mulher. A Lei nº 5.887, de 31/05/1973, permitiu a contagem do tempo de serviço, mas o direito de ambos os cônjuges à remoção só foi reconhecido em 1986, pela Lei nº 7.501.

Até a proibição de 1938, 19 mulheres ingressaram no Itamaraty e, dessas, apenas três chegaram a ministro de primeira classe, em 1957, 1960 e 1972, respectivamente. A primeira embaixadora, Odete de Carvalho e Souza, dirigiu, entre 1956 e 1959, o Departamento Político, posição que corresponderia, na Secretaria de Estado de hoje, à chefia conjunta das Subsecretarias-Gerais de Política Bilateral e de Assuntos Multilaterais.

Preconceitos continuam

Na prática, persistem preconceitos e a Casa continua refratária ao poder feminino. As diplomatas encontram bem mais dificuldades que seus colegas para alcançar as classes mais altas e, sobretudo, para ocupar posições de mais poder. É sintomático da resistência do Itamaraty em atribuir posições de poder às mulheres que nunca mais uma mulher tenha alcançado posição tão elevada na Secretaria de Estado como a que ocupou D. Odete. A chefia titular de uma das grandes embaixadas do Brasil também não tem sido confiada a uma embaixadora e, até recentemente, nenhuma diplomata foi lotada no gabinete do ministro de Estado.

Percentualmente, a presença feminina tem crescido. Em 1981, de acordo com a tese do CAE do diplomata Gastão Bandeira de Mello, havia 91 mulheres na carreira e elas ocupavam 12,87% dos cargos (mas representavam apenas 0,98% das duas classes mais elevadas, havendo duas ministras de segunda classe e nenhuma ministra de primeira classe). Hoje, elas são 192, ocupando 18,08% do total de cargos e 8,77% dos cargos nas classes de ministro de primeira classe e ministro de segunda classe, incluído o quadro especial.

Distribuição das mulheres na carreira diplomática

Mais interessante do que saber quantas são as mulheres, é saber como elas se distribuem pelos diferentes níveis da carreira e qual a sua participação nas posições de chefia.

A tabela abaixo, que está baseada na lista de antigüidade de 15 de janeiro de 2002, mostra concentração feminina nas classes intermediárias, de primeiro secretário e conselheiro. Daí, é muito difícil seguir avançando. A acumulação nessas classes é comprovada pelo exame da lista de antigüidade: na relação dos conselheiros, as mulheres ocupam 13 (26%) dos cinqüenta primeiros números e 5 (25%) dos vinte primeiros números. Na classe de primeiro secretário, a dificuldade em avançar é ainda mais evidente: nela, as mulheres ocupam 17 (34%) dos cinqüenta primeiros números e 8 (40%) dos vinte primeiros.

Outra tendência, bastante preocupante, é a diminuição na taxa de ingresso de mulheres na carreira, embora elas continuem sendo quase tão numerosas quanto os homens, na inscrição para o exame vestibular do Instituto Rio Branco. Há menos terceiras secretárias do que segundas ou primeiras e, dos atuais 57 alunos do Instituto, apenas 7 são mulheres (12,28 %). Faz falta um estudo das razões do insucesso das mulheres no concurso de ingresso. Lembro que em 1953, no âmbito de um grupo de trabalho que discutia a abertura ou não da carreira às mulheres, houve quem expressasse o receio de que a abertura provocasse "um derrame de mulheres com desejo de entrar para a carreira", porque se entendia que elas, por terem boa cultura universitária e sofrerem menos pressões de caráter econômico, levariam vantagem no vestibular.

CLASSE DA CARREIRA	HOMENS	MULHERES	TOTAL	% DE MULHERES
Ministro de Primeira Classe	92	6	98	6,12
Ministro de Primeira Classe, Quadro Especial	61	2	63	3,17
Ministro de Segunda Classe	109	19	128	14,84
Ministro de Segunda Classe, Quadro Especial	19	0	19	0
Conselheiro	130	40	170	23,53
Conselheiro do Quadro Especial	32	8	40	20,00
Primeiro Secretário	143	46	189	24,34
Segundo Secretário	144	40	184	21,74
Terceiro Secretário	140	31	171	18,13
TOTAL	870	192	1.062	18,08

Participação feminina nos cargos de chefia

A Portaria nº 94, de 19/3/2002, que trata da distribuição dos DASs, mostra que a participação das mulheres nos cargos de chefe de divisão e equivalentes para cima ainda é muito irrisória.

Cargos	Homens	Mulheres	% de Mulheres
DAS-6	4	0	0%
DAS-5	23	3	11,54%
DAS-4	62	19	23,46%

Esses percentuais estão abaixo do que se poderia esperar, à luz do número de mulheres nas classes mais altas da carreira, e me levam à convicção de que é preciso aprofundar os estudos sobre a situação das mulheres no Itamaraty, para identificar as razões das dificuldades que elas têm, tanto para avançar na carreira diplomática como para ocupar funções na Secretaria de Estado e chefias de postos no exterior de mais importância. O conhecimento das causas poderia ajudar a vencer preconceitos e a corrigir padrões de comportamento.

Thereza Maria Machado Quintella

Um grande diplomata

Faleceu, no último dia 30 de maio, após longa, brilhante e profícua carreira, o embaixador Jorge de Carvalho e Silva. Um desaparecimento que a mim me fere fundamente e que deixa enorme vácuo na profissão que ele exerceu com absoluta e inigualável dedicação.

Fomos companheiros de concurso em 1940 para ingresso direto no Itamaraty. Concurso duro, dificílimo, exaustivo, que se estendia por cerca de um mês e meio, precisando o candidato vencer as cinco etapas que eram as matérias exigidas. Colocou-se entre os primeiros dos vinte aprovados. No estágio probatório, fomos designados, ele e eu, para o mesmo serviço, o de telegramas. Era a guerra.

Assim, o Serviço de Telegramas do Itamaraty constituía-se num centro praticamente único de ligação com a Europa e o Oriente. O telégrafo, nessa época era o único instrumento de comunicação conhecido, pois até mesmo o serviço de malas diplomáticas funcionava precariamente e em proporção mínima.

Foi aí, então, que o conheci. Trabalhávamos na mesma turma, às vezes madrugada adentro. Logo ele se destacou como um companheiro insubstituível, por sua solidariedade, sempre pronto a preencher eventuais falhas de colegas, sua inteligência penetrante, sua cultura, seu *sense of humor*, sua capacidade de apreensão rápida e certeira dos problemas que freqüentemente se apresentavam, seu espírito de síntese, seu bom senso e seu talento em expressar-se por escrito.

Integridade total

As qualidades que fui descobrindo no jovem companheiro me encantaram e formaram a base de uma amizade que atravessou todo o nosso convívio na carreira diplomática. A essas qualidades aliava-se uma integridade sem jaça. Não falo apenas de honestidade, mas sim de integridade total.

Daí em diante, minha admiração por ele, através de tantos anos, sempre cresceu. Nunca vi um só gesto que desmerecesse o conceito que dele formei e conservei. Ele foi e será sempre meu amigo. Mas não é o amigo a quem desejo recordar aqui. E sim o profissional, que não hesito em classificar como perfeito. Sua dedicação ao interesse maior do País foi sempre servida por uma poderosa inteligência e alta competência.

Arquivo ADB

Embaixador Jorge de Carvalho e Silva

"Sua dedicação ao interesse maior do País foi sempre servida por uma poderosa inteligência e alta competência"

Em nossa vida profissional, estivemos juntos em várias oportunidades, como na embaixada de Washington onde servimos como secretários, sucessivamente, sob dois grandes embaixadores, Carlos Martins e Maurício Nabuco. Além destes tivemos como colegas, gente da estirpe de Antônio Castello Branco, Henrique Valle, Roberto Campos, Carlos Calero, Celso Garcia e outros. Conversávamos muito e compartilhávamos opiniões, leituras e apreciações.

Intelectual nato

Ele era um intelectual no verdadeiro sentido da palavra. Tinha o dom de línguas e falava fluentemente inglês, francês, espanhol e, posteriormente, alemão e italiano. Não se exibia, era modesto naturalmente, menos por virtude do que por bom gosto. Jamais ostentava erudição ou cultura.

> A modéstia, a solidariedade, o bom senso, a capacidade de síntese são algumas das qualidades desse diplomata, que foi um intelectual no verdadeiro sentido da palavra

Receio que não sejam conhecidas e reconhecidas essas suas excepcionais qualidades, em conseqüência, precisamente, de seu desinteresse em exibi-las. Por isso venho hoje prestar este testemunho. E o faço com emoção e enorme saudade. Mas também despojado da intenção de louvar o amigo morto. Na medida do possível, tenho obrigação de fazer-lhe justiça sem exagero, mas sem faltar à verdade, procurando, enfim, respeitar a sua maneira de ser e seguindo seu estilo, avesso a excessos discursivos.

Secretário-geral

Quando fui chamado a exercer a chefia do Itamaraty, não tive um só momento de hesitação para escolher o secretário-geral da minha gestão, não pensei em outro nome que não o de Jorge de Carvalho e Silva. Fui realmente feliz nessa escolha. Ele nunca me falhou, ou antes nunca falhou ao Itamaraty, e cresceu cada vez mais nesse difícil e espinhoso cargo que exige liderança e conhecimento profundo da Casa, em cujo desempenho se firmou passando a ser reconhecido como um dos maiores que já tivemos.

Foi-me sempre, em tudo e em todos os momentos, leal e, como era do seu estilo, com independência, mas disciplinado. Não exagero ao dizer que, na minha gestão, o Ministério das Relações Exteriores foi dirigido a quatro mãos, pelo ministro e pelo secretário-geral. Considero que o Itamaraty é um ministério peculiar, cujo titular não deve ficar ausente da administração, nem, a meu ver, viajar senão dentro dos objetivos específicos do planejamento da política externa. Por isso, em minhas ausências, que procurei limitar ao máximo, sentia-me tranqüilo em deixar o Itamaraty entregue aos cuidados do Secretário Geral.

Que ele me perdoe pelo que provavelmente reprovaria como excesso, mas não posso deixar de afirmar que ele foi um grande diplomata.

Mario Gibson Barboza

Os candidatos a presidente da República e a política externa

Diante da importância das eleições presidenciais e levando em conta que o tema política externa vem ganhando um lugar de destaque na plataforma eleitoral dos presidenciáveis, a Diretoria da ADB decidiu ouvir o que os quatro principais candidatos a presidente da República têm a dizer sobre os principais temas da agenda da diplomacia brasileira. Para viabilizar esse objetivo, foi contratada uma empresa de comunicação e as questões para as entrevistas foram cuidadosamente elaboradas pelo Conselho Editorial da ADB.

O contato com as assessorias de imprensa dos candidatos Anthony Garotinho, Ciro Gomes, José Serra e Luiz Inácio Lula da Silva teve início no final do mês de junho, com o envio do roteiro de questões para cada um dos presidenciáveis. Essas perguntas foram respondidas por todos eles, à exceção do candidato Ciro Gomes, entre os dias 8 e 10 de julho. Todos os esforços, infelizmente em vão, foram feitos para entrevistar o candidato da Frente Trabalhista.

Segundo a assessoria do ex-governador, a entrevista só poderia ser concedida em setembro, quando deverá estar concluído o seu programa de governo para a área de política externa. Apesar de lamentar a ausência do candidato Ciro Gomes nesta edição, as páginas do Boletim da ADB continuarão abertas para receber, em um próximo número, as suas manifestações.

As entrevistas giraram em torno de temas como a criação da ALCA, a situação da Argentina e os reflexos da crise sobre a economia brasileira e o acirramento da hegemonia dos Estados Unidos no contexto da globalização. Os candidatos também se pronunciaram a respeito da adoção de mecanismos que possibilitem a participação da sociedade nos acordos internacionais e sobre o papel que será reservado ao Itamaraty em seus governos.

O resultado das entrevistas mostra que são vários os pontos de convergência quando os candidatos olham para o futuro. Nenhum deles assume uma posição hostil diante dos EUA, apesar de condicionarem a entrada do Brasil na ALCA à eliminação das barreiras protecionistas norte-americanas. Eles também destacam a necessidade de uma política de exportações mais agressiva e da abertura de novos mercados para os produtos brasileiros.

Com relação ao papel do Itamaraty na formulação da política externa brasileira, existe uma unanimidade no sentido de reconhecimento das qualidades do serviço diplomático brasileiro e no compromisso de assegurar que o Ministério das Relações Exteriores terá um papel relevante em seus futuros governos. No entanto, as divergências surgem quando se trata de avaliar o desempenho do governo FHC, as causas da crise da Argentina e os mecanismos para a participação da sociedade no processo de tomada de decisões da política externa.

O Boletim da ADB espera, com essa reportagem especial, estar prestando um serviço importante para todos os seus leitores. Tendo em vista a limitação de espaço do nosso veículo,tivemos de optar pela publicação dos principais trechos das entrevistas, orientando-nos, naturalmente, pelo princípio de garantir espaços iguais para todos os candidatos. A íntegra das três entrevistas poderá ser lida na *home page* da entidade (www.adb.org.br).

Mecanismos de consulta social para legitimar as decisões do governo brasileiro sobre questões relevantes como a ALCA e a dívida externa

Anthony Garotinho

"Meu governo terá de renegociar os juros, os prazos da dívida e, eventualmente, a própria dívida."

É preciso considerar que a política externa não é unicamente uma questão de governo, e sim uma questão nacional.

Uma questão como a ALCA, por exemplo, terá de ser discutida em profundidade, de modo que a base de legitimidade envolvendo uma futura decisão seja a mais ampla possível. Assim pretendo abrir a discussão com entidades empresariais de diversos tipos, sindicatos, ONGs e a sociedade de modo geral.

Não podemos admitir que a ALCA seja adotada por meio de uma mera imposição norte-americana, pois isso significaria a destruição do nosso sistema produtivo.

A questão do endividamento externo constitui preocupação imediata. A política absurda e irresponsável do governo FHC de manutenção da taxa de juros no patamar em que hoje se encontra, levou-nos a essa situação. Meu governo terá de renegociar os juros, os prazos da dívida e, eventualmente, a própria dívida ou parte dela.

Para que haja consenso nacional diante das decisões a serem tomadas, podemos inclusive subordinar a efetividade de decisões cruciais, como a adesão à ALCA e a renegociação da dívida externa, a um plebiscito ou referendo. ■

José Serra

"Auditoria da dívida externa ou plebiscitos, com objetivos claramente populistas, elevam o 'Risco Brasil' e afugentam capitais externos."

As questões de política externa tornaram-se muito mais familiares a grande parcela da sociedade. Temas como Mercosul saíram da esfera governamental e acadêmica, passaram a fazer parte da agenda social e os fóruns de discussões e consultas foram ampliados. Portanto, no meu governo pretendo fortalecer os mecanismos atuais de participação nas negociações relacionadas com temas da política comercial e com processos de integração.

É importante lembrar, também, que propostas como "auditoria e moratória da dívida externa" têm, como única conseqüência, gerar incertezas sobre o cumprimento dos contratos por parte do governo, elevar o chamado "Risco Brasil" e afugentar os capitais externos, ainda fonte importante de financiamento do investimento brasileiro.

O que é necessário, muito menos do que promessas de auditorias ou plebiscitos – com objetivos claramente populistas – é atuar de forma a garantir, nas negociações internacionais, condições que favoreçam o acesso aos mercados para bens e serviços brasileiros, às tecnologias, aos investimentos.

Essa diretriz, aliás, orientou nossa atuação na reunião ministerial da OMC, em Doha, onde conseguimos importante vitória na área de patente de medicamentos. ■

Luís Inácio Lula

"É necessário introduzir mecanismos de participação popular e dar mais poder para o Congresso nas discussões sobre política externa."

É necessário introduzir mecanismos de participação da população nas discussões sobre política externa. É importante, também, que o Congresso Nacional ganhe mais poder de decisão para democratizar esse processo.

Nesse sentido, já existe proposição legislativa de nossos parlamentares para alterar a Constituição Federal, exigindo autorização prévia do Poder Legislativo para negociação dos acordos internacionais relativos à redução de barreiras alfandegárias, alteração de regime jurídico dos investimentos externos e ao marco legal referente à propriedade intelectual. Esse projeto, que altera a Constituição Federal, está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Sobre a ALCA, existe um projeto, apresentado pelo deputado Aloízio Mercadante (PT-SP), que propõe a realização de um plebiscito para consultar a população, da mesma forma como é feito em vários países europeus para aprovação dos tratados da União Européia. ■

Estratégia da política externa brasileira no contexto da globalização e do acirramento da hegemonia dos Estados Unidos

Anthony Garotinho

"O Brasil vem seguindo uma lógica de subordinação. A resistência verbalizada da diplomacia presidencial é mero jogo para a platéia."

A estratégia que pretendo adotar na política externa do Brasil, no contexto de hegemonia crescente e exercida de modo isolado pelos Estados Unidos, está apoiada em três princípios a serem postos em prática simultaneamente: a busca da paz, a multilateralidade e o aprofundamento do regionalismo no contexto sul-americano. Esses princípios só poderão se constituir em elementos dinâmicos de nossa política externa se houver, por parte do governo, uma postura de independência.

Dentro de uma lógica de subordinação, que vem sendo seguida há muitos anos pelo Brasil, todo e qualquer tipo de resistência verbalizada – e convenhamos que a diplomacia presidencial sabe fazê-lo muito bem – é mera figura de retórica, é jogo para a platéia.

A diplomacia no meu governo será ativa, na busca permanente de pontos consensuais e de regras comuns a diferentes países diante de diferentes tipos de problemas. Seu espaço privilegiado de atuação é a América do Sul.

Construir uma frente de atuação diplomática comum no plano regional sul-americano, a partir de problemas que afligem nossos países, esta será a principal tarefa da diplomacia brasileira. ■

José Serra

"Não se trata de hostilizar ou de ressuscitar bordões de "Yankees go home". A questão é definir quais são os nossos interesses como Nação."

Tenho reafirmado sempre que temos um mundo globalizado, de forma irreversível. Não dá para ignorar ou virar as costas à realidade. Nenhum país deve ou pode se colocar à margem da globalização, embora persistam as sociedades nacionais, que devem adotar suas políticas próprias.

O Brasil não pode perder tempo discutindo se deve ou não participar do processo de globalização. Esse é um falso dilema, um debate superado.

A questão central é outra: quais são nossas verdades e certezas e quais são os nossos interesses como Nação. São essas as questões que estarão guiando, de forma permanente e obstinada, nossa atuação externa.

Não se trata de hostilizar ou de ressuscitar os velhos, surrados e ultrapassados bordões de "Yankees go home" ou de "Fora FMI". Trata-se, isso sim, de assegurar, em todas as negociações, e em todos os foros, os legítimos interesses do País. ■

Luís Inácio Lula

"O desenvolvimento com justiça social será o eixo da estratégia que deve orientar a nossa política externa"

A estratégia que deve orientar a política externa será a mesma que orientará a política de desenvolvimento com justiça social, eixo do projeto nacional que impulsionará o nosso futuro governo.

No nosso entendimento, a política externa é desdobramento da política interna. Já não é mais possível atuar como se fossem políticas independentes.

O governo deverá defender os interesses da nação brasileira e, simultaneamente, continuar a estratégia regional de construção do Mercosul, ampliado e aprofundado. ■

Posição sobre a negociação da ALCA para a política externa brasileira

Anthony Garotinho

"A situação de crise sistêmica da América Latina será agravada se a configuração da ALCA significar o reforço da hegemonia dos EUA."

As negociações envolvendo uma eventual adesão brasileira à ALCA poderão se constituir no divisor de águas da política externa brasileira. Temos de negociar com independência, o que significa que o ritmo de integração, ou não, à ALCA deverá levar em conta a necessidade de defender os diferentes segmentos de nosso aparelho produtivo.

O governo que não efetuar esta defesa estará entregando o mercado brasileiro a quem dispõe de recursos tecnológicos e financeiros muito superiores aos nossos. Se a ALCA tiver uma configuração que signifique o reforço da hegemonia norte-americana, toda a América Latina estará ameaçada e a situação de crise sistêmica será agravada.

O livre comércio, que é exigido de nós o tempo todo, não vem tendo contrapartida.

Em qualquer hipótese, o Brasil não deverá negociar isoladamente. É necessário estabelecer, com urgência, uma pauta que oriente o processo de consultas e de troca de idéias entre os países da região, de modo a fixar os pontos comuns que deverão servir de base às negociações com os Estados Unidos. ■

José Serra

"Só devemos concordar com a formação da ALCA se os EUA removerem suas práticas protecionistas. Caso contrário, o melhor é ficar de fora."

As dimensões do mercado e a importância do Brasil no cenário internacional fazem com que um processo de integração como a ALCA não possa prescindir de nossa participação ativa. Se o mundo de hoje não comporta qualquer tentativa de isolamento ou de "autarquização", tampouco deve levar à ingenuidade de aberturas unilaterais de mercado.

Cerca de 70% das nossas exportações de produtos industriais destinam-se às Américas. Assim, não podemos nos recusar de sentar à mesa de negociação. Contudo, nós só devemos concordar com a formação da ALCA se os Estados Unidos removerem suas práticas protecionistas. Caso contrário, só nós vamos ter de ceder e vamos ganhar muito pouco, ou quase nada. Nesse caso, o melhor é ficar de fora.

Vamos buscar nas negociações condições simétricas de acesso a mercados, a tecnologia e investimentos. Condições simétricas significam a eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias para os produtos brasileiros. Significam, também, procedimentos transparentes, a não utilização de exigências ambientais, barreiras técnicas ou restrições fitossanitárias para impedir o acesso ao mercado. ■

Luís Inácio Lula

"Sem o Brasil a ALCA não existe. Vamos combater o protecionismo, abrir mercados para os produtos brasileiros e, sobretudo, defender nossa soberania."

Não cabe entrar mais uma vez numa aventura comercial onde nada se oferece e muito se exige do Brasil. A proposta da ALCA, tal qual está formulada, só traz vantagens para os Estados Unidos.

Enquanto os produtos americanos, com raras exceções, entram livremente no Brasil, 60% das exportações brasileiras que vão para os Estados Unidos defrontam-se com algum tipo de obstáculo para entrar naquele país. Um estudo feito pela embaixada brasileira em Washington constatou que as exportações brasileiras para os EUA pagam uma tarifa média de 45%, enquanto as americanas para o Brasil pagam em média 15%.

O governo Bush tem tomado medidas protecionistas que ferem os interesses dos outros países e isso não pode ser consolidado num acordo geral de livre comércio. Isso não quer dizer que um governo democrático-popular no Brasil vai ter hostilidade em relação aos Estados Unidos. Afinal, eles representam 25% de nossas importações. Mas não vai ser submisso, como é o governo FHC, e defenderá firmemente os interesses do povo brasileiro.

Sem o Brasil a ALCA não existe. Vamos combater o protecionismo, tentar abrir os mercados para os produtos brasileiros e, sobretudo, defender nossa soberania.

Para o Brasil é mais interessante, neste momento, defender o Mercosul – que passa por uma crise, mas já foi muito importante para a dinamização do comércio entre seus membros –, do que simplesmente aderir a um acordo sob a hegemonia dos Estados Unidos. Reforçar o Mercosul significa atrair os países andinos para dentro do acordo, estreitar os laços com a União Européia e ampliar o comércio com a China, Índia, a África do Sul e com todos os países onde haja espaço para crescer. ■

Argentina: causas do colapso, risco de contágio, medidas de proteção da economia brasileira, e iniciativas de solidariedade

Anthony Garotinho

"A crise é sul-americana e sistêmica. Não chegamos ao descalabro argentino, mas a nossa situação apresenta sinais de fragilidade assustadores."

A questão argentina não é só do nosso vizinho. A crise é sul-americana e sistêmica. Porém, a Argentina tem as suas peculiaridades, tendo em vista que foi o país que aplicou as fórmulas de ajuste do Consenso de Washington com maior profundidade.

A situação brasileira, apesar de não ter chegado ao ponto do descalabro argentino, apresenta sinais de fragilidade assustadores. A dependência externa é incompatível com a nossa soberania, e o crescimento descontrolado das dívidas interna e externa, somado a uma quase estagnação, mostram o conjunto de equívocos que foram cometidos durante os oito anos de governo FHC. O que precisamos é mudar radicalmente de rumo, executar políticas que promovam o desenvolvimento e redistribuir a renda.

A maior prova de solidariedade que podemos dar ao povo argentino é apresentar uma economia sólida e sem a vulnerabilidade que temos hoje. Até lá, a Argentina deverá ter todo o apoio diplomático possível. Mas convenhamos que o apoio diplomático e verbal de um país fraco nunca será um apoio capaz de mobilizar a solidariedade internacional e, muito menos, mudar a orientação das instituições multilaterais de financiamento. ■

José Serra

"A paridade cambial impôs uma camisa de força para a Argentina. O quadro brasileiro é distinto, mas temos de retomar uma trajetória de crescimento sustentado."

Lamentavelmente, assistimos à derrocada de um país amigo, vizinho, que conta com auto-suficiência em petróleo, tem terras férteis e é exportador de trigo. Apesar de tudo isso, contou com uma classe política que não foi capaz de enfrentar os problemas que se colocavam.

Ao constitucionalizar a paridade peso/dólar, impôs-se uma camisa de força. Ao confundir a estabilidade, a moeda-forte, com a paridade 1:1, perdeu o *timing* para promover a alteração que era requerida na política cambial. A isso, soma-se a não-observância dos princípios da responsabilidade fiscal .

O Brasil apresenta um quadro bastante distinto. A cultura da responsabilidade fiscal está se consolidando. A dívida externa é essencialmente privada e a dívida interna é perfeitamente manejável.

É importante destacar que o Brasil precisa retomar uma trajetória de crescimento sustentado, tendo como base taxas mais expressivas de expansão do PIB. Para tal, é necessária a remoção do gargalo externo, que permitirá uma redução expressiva das taxas de juros.

Com relação à solidariedade com o país vizinho, gostaria de lembrar que não tem faltado ao Brasil, em todo o processo de construção do Mercosul, a compreensão de seu papel, compatível com sua importância econômica dentro do bloco. ■

Luís Inácio Lula

"O governo FHC adotou políticas semelhantes às da Argentina. Agora está tentando aproveitar a crise do país vizinho para fazer terrorismo eleitoral com a oposição."

Os fatores estruturais da grave crise argentina estão na adoção de uma política econômica de abertura indiscriminada do mercado interno, venda de patrimônio nacional, desmantelamento de políticas industriais e sociais, endividamento externo e subordinação às exigências dos organismos multinacionais de crédito. Em decorrência desses fatores estruturais e, em especial da lei de conversibilidade, a Argentina deixou de crescer há muito tempo, aumentando o desemprego, a pobreza e a exclusão social.

Se o Brasil corre perigo de "contágio" é porque o governo FHC tem seguido políticas semelhantes e também gerou enorme endividamento, aumentando a vulnerabilidade externa do nosso país. Nesse sentido, estamos todos no mesmo barco e o governo brasileiro deveria tomar medidas concretas de solidariedade, e não ficar no plano da retórica, tentando aproveitar a crise do país vizinho. A nossa crise é de responsabilidade do governo, cujo objetivo é fazer terrorismo eleitoral contra a oposição, aumentando a instabilidade da economia e favorecendo especuladores.

O PT encaminhou uma proposta de criar temporariamente uma câmara de compensação comercial que permitiria preservar o comércio bilateral, aceitando o pagamento em moedas real/peso que teriam conversão imediata. Há outras medidas que poderiam ser tomadas. É uma questão de vontade política. ■

Papel do Itamaraty na formulação da política externa e nas negociações relativas ao comércio exterior, economia e finanças

Anthony Garotinho

"O Itamaraty será o sujeito ativo de uma política externa coerente e o organizador e executante das negociações nas mais diferentes áreas."

Meu programa de governo contém uma referência específica ao Itamaraty, e ali é dito que a diplomacia brasileira é o melhor celeiro de quadros do Estado. Pena que a política externa seja mal orientada.

Existe uma diplomacia presidencial, na qual o discurso – obviamente fora do Brasil – apresenta uma direção: ele é antiglobalização, fala de soberania e de diminuição da distância entre países pobres e ricos.

Aqui no Brasil, ocorre a transfiguração, pois mesmo sem discurso, seguimos uma linha de subordinação, de esquecimento da soberania e do completo abandono da noção de interesse nacional.

Como fica o Itamaraty diante dessa situação esdrúxula? Não há diplomacia, por melhor que seja, e a nossa é excelente, que possa agir no meio dessa confusão. No meu governo, o Itamaraty será o sujeito ativo de uma política externa coerente e o organizador e executante das negociações externas brasileiras nas mais diferentes áreas.

A diferença entre o que existe hoje e o que existirá a partir de 2003 reside no fato de que, no futuro, o interesse nacional estará sempre presente. Hoje, ele não é sequer levado em conta. ■

José Serra

"A minha proposta de rearranjo institucional da área de comércio exterior, não deverá provocar o esvaziamento do Itamaraty."

A qualidade dos quadros do Itamaraty é objeto de reconhecimento internacional. E, ao longo de toda a minha vida pública, tenho tido a oportunidade de testemunhar a competência e o espírito público dos diplomatas brasileiros.

Tenho reafirmado também, em todas as oportunidades, que a excelência dos quadros do Itamaraty deriva, em grande parte, do rigoroso processo de seleção, da qualidade do processo de formação por que passam os que ingressam no Instituto Rio Branco, bem como dos critérios de promoção na carreira.

Tenho acompanhado os esforços e as medidas adotadas pelo Itamaraty para enfrentar o crescimento dos assuntos econômicos na agenda da política externa.

Asseguro que minha proposta de rearranjo institucional da área de comércio exterior, não deverá provocar o esvaziamento do Itamaraty. A agenda de trabalho já é muito ampla, e pretendemos conferir ao comércio exterior e temas correlatos uma importância ainda maior. Nessa empreitada não podermos prescindir da dedicação e competência dos nossos diplomatas. ■

Luís Inácio Lula

"A nossa proposta é construir uma política externa coordenada pelo Itamaraty, em sintonia com o crescimento e desenvolvimento social."

Reconhecemos o papel histórico do Itamaraty como agência de governo que tem grande destaque pela qualidade de seu funcionalismo e pela continuidade no trabalho de formulação das grandes diretrizes da política externa brasileira.

Observamos, no entanto, que no período do governo FHC houve uma tendência à concentração de decisões no Poder Executivo, o que consagrou a chamada diplomacia presidencial, que visava à obtenção de grande visibilidade internacional do próprio presidente, sem que houvesse uma correspondência dos discursos com a política externa real.

A nossa proposta é a de construção de uma política externa coerente, coordenada pelo Itamaraty em sintonia com as necessidades internas de crescimento e desenvolvimento social. ■

Golpe de Estado Químico

Os Estados Unidos querem depor o diplomata que poderia deixá-los sem pretexto para declarar guerra contra o Iraque. No domingo, o governo norte-americano vai dar um golpe internacional. Há um mês que está tudo combinado. O golpe será levado a cabo sem alarde e a maioria de nós não saberá o que está acontecendo até que seja tarde demais. Os EUA estão tentando derrubar 60 anos de multilateralismo em favor de um regime global construído pela força.

O golpe começará dentro de cinco dias, com a tentativa de destituir o homem encarregado de livrar o mundo das armas químicas. Se conseguirem, será a primeira vez que o diretor de um organismo multilateral é deposto dessa maneira.

A partir daí, todas as demais organizações internacionais se tornarão vulneráveis ao ataque. O golpe também porá fim às opções pacíficas para lidar com as armas químicas que possam existir no Iraque, contribuindo para assegurar que a guerra se torne a única forma de destruí-las.

A Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ) aplica a convenção das armas químicas, inspeciona laboratórios, fábricas e arsenais e supervisiona a destruição das armas que contêm. Seu diretor-geral é um diplomata brasileiro, maníaco pelo trabalho, chamado José Bustani. Ele terá feito mais nos últimos cinco anos pela paz mundial do que qualquer outra pessoa na Terra. Seus inspetores supervisionaram a destruição de 2 milhões de armas químicas e de dois terços das instalações de armas químicas do mundo.

Paulo Carvalho

O embaixador José Bustani fez mais, nos últimos cinco anos, pela paz mundial do que qualquer outra pessoa na Terra

Tamanho é o seu êxito em convencer os países relutantes, que o número de signatários da convenção subiu de 87 para 145 nos últimos cinco anos. Nenhum outro órgão multilateral cresceu tão rapidamente em tempos recentes.

Em maio de 2000, como tributo pelo seu desempenho extraordinário, Bustani foi reeleito pelos estados-membros, por unanimidade, para um segundo mandato de 5 anos, muito embora ainda não tivesse completado o primeiro. No ano passado, Colin Powell escreveu para Bustani para agradecer-lhe seu "impressionante" trabalho.

Inimigo do povo?

Mas agora tudo mudou. O homem festejado por suas realizações passou a ser denunciado como inimigo do povo. Em janeiro, sem pré aviso ou explicação, o Departamento de Estado dos EUA pediu ao governo brasileiro que retirasse Bustani, por não gostar de seu "estilo de gestão". Esse pedido viola a convenção de armas químicas, onde está declarado que "o diretor-geral...não buscará nem receberá instruções de governo algum". O Brasil recusou.

Em março, o governo norte-americano acusou José Bustani de "má administração financeira", "desmoralização" de seus funcionários, "parcialidade" e "iniciativas mal-concebidas". E aconselhou-o a renunciar, se quisesse evitar danos à sua reputação.

> Bustani deixou a OPAQ porque ele apresentou uma solução para um problema (conflito com o Iraque) que os EUA não querem ver resolvido

Mais uma vez, os EUA estavam pisoteando a convenção, pois esta insiste em que os estados-membros "não tentarão influenciar" os funcionários. Bustani se recusou a sair. Em 19 de março, os EUA propuseram uma moção de falta de confiança em Bustani e perderam. Fizeram então algo sem precedente na história da diplomacia multilateral: convocaram uma "sessão especial" dos estados-membros para expulsá-lo. Essa sessão começa no domingo. E, desta vez, é provável que os EUA consigam o que querem.

Desde que perdeu a votação no mês passado, os EUA, que deveriam ser o maior doador da organização, vêm pressionando os países mais fracos, recusando-se a pagar sua contribuição a menos estes os apóiem, o que colocaria em risco a sobrevivência da OPAQ. Na semana passada, Bustani me disse que "os europeus estão com tanto medo de que os EUA abandonem a convenção que estão dispostos a sacrificar meu cargo para mantê-la". Sua última esperança é que o Reino Unido – detentor, até o momento, de histórico exemplar de apoio à organização – tome uma atitude.

Falsas acusações

A reunião de domingo colocará perante o governo de Tony Blair uma das opções mais claras que já enfrentou entre multilateralismo e o "relacionamento especial". Os EUA não tentaram fundamentar as acusações que fizeram contra Bustani. A OPAQ está passando por uma crise financeira sim, mas isso se deve, em boa parte, ao fato de os Estados Unidos terem imposto unilateralmente limites a seu orçamento e, em seguida, terem deixado de pagar o que deviam.

As contas da organização acabam de passar por uma auditoria e foram julgadas perfeitamente em ordem. O moral dos funcionários está mais alto do que seria razoável esperar em qualquer organização atingida por tamanha insuficiência de recursos como a OPAQ. Os verdadeiros crimes de Bustani estão nas duas últimas acusações: "parcialidade" e "iniciativas mal-concebidas".

A acusação de parcialidade surge precisamente da imparcialidade da OPAQ. Esta tem procurado examinar as instalações nos Estados Unidos com o mesmo rigor com que examina instalações em qualquer outro lugar. No entanto, a exemplo do Iraque, os

EUA vêm-se recusando a aceitar inspetores de países que considera hostis a seus interesses e têm dito àqueles a quem permitiram o acesso quais partes das instalações podem ou não podem inspecionar. Também baixaram legislação especial que faculta ao presidente impedir inspeções sem aviso prévio e proíbe os inspetores de levarem amostras dos produtos químicos.

"Iniciativas mal-concebidas" é o que chamam as tentativas feitas por Bustani, em conformidade com seu mandato, de convencer Saddam Hussein a assinar a convenção de armas químicas. Se o Iraque concordar, estará então sujeito às mesmas inspeções – de rotina ou sem aviso – a que está sujeito qualquer outro estado-membro (com exceção dos Estados Unidos, é claro). Até agora Bustani não conseguiu, mas só porque – no seu entender – ainda não recebeu o apoio do Conselho de Segurança da ONU, de modo que Saddam sabe que teria pouco a ganhar se assinasse.

Embaixador Bustani durante audiência pública realizada na Comissão de Relações Exteriores do Senado

Alternativa à guerra

Bustani acredita que, se o Conselho de Segurança viesse a apoiar as tentativas da OPAQ de convencer o Iraque a assinar, os EUA teriam uma alternativa à guerra. É difícil entender por que Saddam Hussein aceitaria inspetores de armas da Unmovic – a organização patrocinada pelo Conselho de Segurança – depois que se descobriu que sua predecessora, a Unscom, estava cheia de espiões plantados pelo governo norte-americano.

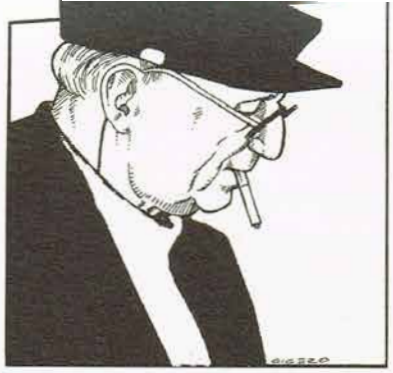
É muito mais fácil entender por que ele poderia aceitar inspetores de uma organização que se tem mantido escrupulosamente imparcial. Com efeito, quando a Unscom foi posta para fora do Iraque em 1998, a OPAQ teve permissão para completar a destruição das armas químicas encontradas. Bustani tem que deixar a OPAQ porque ele apresentou uma solução para um problema que os EUA não querem ver resolvido.

Golpe de Estado

"O que os americanos estão fazendo", diz Bustani, "é um golpe de estado". Estão usando força bruta para mudar a convenção e depor o diretor-geral". Como a convenção de armas químicas não tem dispositivo que preveja essas medidas, os EUA estão simplesmente rasgando as regras. Se ganharem, então a OPAQ, a exemplo da Unscom, estará fatalmente comprometida. O êxito dos Estados Unidos no domingo ameaçaria a independência de todas as organizações multilaterais.

Aqui está, portanto, uma dessas raras oportunidades em que nosso governo pode mudar, de forma significativa, as coisas no cenário internacional. Poderia optar por apoiar seu maior aliado, acabando com o multilateralismo e com as alternativas à guerra. Ou poderia peitar os Estados Unidos e defender a paz mundial e a ordem jurídica internacional. Só tomará essa posição de defesa de princípios se nós, o povo de quem emana o seu poder, fizermos tanto alarde que tenhamos de ser ouvidos. Temos cinco dias para deter os EUA de forçarem a guerra.

George Monbiot,
publicado no jornal *The Guardian*, em 16/4/02



Além do lago e dos cisnes

No imaginário diplomático e popular, o Itamaraty confunde-se com o lago e os cisnes do belo palácio italiano da Rua Marechal Floriano, a velha Rua Larga, no Rio de Janeiro. Desde que o Ministério se instalou na mansão do Visconde de Itamaraty, em 1887, o nome Itamaraty passou a identificar a carreira diplomática brasileira. Dizemos "não é assim que fazemos no Itamaraty", o que eqüivale a "não é assim que age a diplomacia brasileira."

A mais difundida das fantasias populares sobre a *carrière* consagrou a imagem do diplomata punhos de renda. Logo viria a do diplomata literato. De fato, Guimarães Rosa, Ribeiro Couto, Raul Bopp, João Cabral de Melo Neto e Vinícius de Moraes são os maiores culpados pela aura literária do Itamaraty. Mais tarde, surgiu a imagem do diplomata economista. Nos países emergentes, a diplomacia econômica coincidiu com a voga acadêmica da Teoria da Dependência, desenvolvida por Raul Prebisch, Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado. Também tem muito a ver com a criação do FMI, do Banco Mundial e dos organismos econômicos multilaterais de ajuda ao desenvolvimento, a CEPAL, a UNCTAD, o ECOSOC e outros. Presenciei, em 1954 o nascimento do diplomata economista. Os pioneiros foram os embaixadores, Edmundo Barbosa da Silva, João Baptista Pinheiro, Octávio Dias Carneiro e Roberto Campos. Há muitos outros. Não vou inventariá-los, seria exaustivo.

Mencionei o diplomata político, o diplomata literato e o diplomata economista. Mais conhecida que a alcunha punhos de renda é a que atribui ao diplomata a condição de generalista, ou de "especialista em generalidades." Realmente, somos especialistas em tudo, ou quase tudo. Nossas atividades no dia-a-dia da profissão incluem assuntos jurídicos, administrativos, de pessoal, orçamentários, culturais, consulares, cerimoniais, de comunicações e de transportes internacionais. Atualmente também tratamos de assuntos espaciais. Temos que ser caleidoscópicos quando servimos nas embaixadas, delegações internacionais e consulados. Especialistas de tudo, em tudo!

Em 1970, o Ministério mudou-se para Brasília, deixou a Rua Larga e os elegantes cisnes australianos. Os jovens diplomatas pouco sabem do "Meu Velho Itamaraty" do casal de cisnes (Romeu e Julieta). Salvo o que foi preservado na crônica oral dos *old soldiers*. Costumam ouvi-la, em todos os tons da saudade, de chefes da velha guarda. A verdade é que não se pode passar impunemente pela Casa onde viveram os deuses lares, Cabo Frio e o Barão do Rio Branco. "Aqui outrora retumbaram hinos"...

Fomos muito além do lago, dos cisnes e dos punhos de renda. Os governos passam, mas o Brasil continua. Representamos o que há de perene na Nação, com ou sem globalização. Não é fácil representar país tão complexo, contraditório, coroado de clichês, negativos e positivos: café, Pelé, matança de índios, Candelária, Carandiru, favelas, Ipanema, Brasília, Amazonas, Salvador, Porto Alegre, Embraer, Itaipu e Embrapa. Rico e pobre. O mosaico Brasil. Mas esta é a nossa missão, nossa função.

UBIQUE PATRIAE MEMOR

Marco Aurélio Chaudon

Bibliografia brasileira em relações internacionais: diversificação e densificação do campo de pesquisa e progressos nos anos 90

Em 1992, ao fazer a resenha do livro que prometia renovar o campo dos estudos de relações internacionais e de história diplomática do Brasil, a obra conjunta de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, "História da Política Exterior do Brasil" (São Paulo: Editora Ática, 1992, 432 pp), constatei uma espécie de renovação do panorama editorial, após várias décadas de dominação solitária por alguns poucos autores. Entre esses vale citar a trilogia de Pandiá Calógeras ("História da Política Exterior do Brasil", que datava do final dos anos 20 e começo dos 30) e os dois volumes homônimos de Hélio Viana e Delgado de Carvalho, "História Diplomática do Brasil", ambos do final da década de 50 do século XX.

Em trabalho efetuado pouco depois para o primeiro número da série de Brasília da Revista Brasileira de Política Internacional ("Estudos de Relações Internacionais do Brasil: Etapas da produção historiográfica brasileira, 1927-1992", 1-1993), retomei a análise dessas grandes obras de história diplomática brasileira. Além disso recenseei o que havia surgido no intervalo, tanto na área acadêmica, como na própria diplomacia.

Os títulos eram múltiplos, mas não se pode dizer que o mercado editorial brasileiro em relações internacionais e história diplomática pecasse pela abundância. Progressos tinham sido feitos na academia brasileira em termos de refinamento metodológico no estudo das relações internacionais, mas a produção ainda deixava a desejar, tanto em quantidade como em qualidade.

> O panorama editorial das obras que estudam as relações internacionais e a história diplomática no Brasil melhorou radicalmente, tanto do ponto de vista da quantidade, como da qualidade.

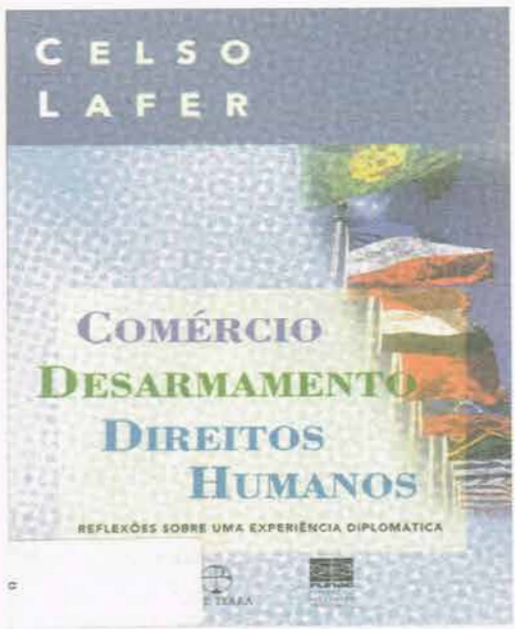
Novo panorama

Dez anos depois, ao preparar-me para resenhar uma nova edição do que já pode ser considerado um "clássico" da historiografia da área, o manual de Cervo e Bueno, constato com satisfação que o panorama foi radicalmente alterado. Essa mudança foi para melhor, em ambas as vertentes, qualidade e quantidade.

Uma consulta rápida às seções de resenha dos mais importantes periódicos da área (a própria RBPI, a Contexto Internacional, a Política Externa, o boletim Carta Internacional, da USP, assim como aos cada vez mais numerosos *sites* eletrônicos, a começar pelo Relnet), permitiria confirmar que a produção brasileira vem ganhando em con-

sistência e qualidade intrínsecas, conhecendo também uma diversificação saudável quanto ao volume e tipo de elaboração editorial.

Um levantamento que fiz em 1998 para a ANPOCS ("Relações internacionais", in Sérgio Miceli (org.) – "O Que ler na ciência social brasileira" (1970-1995). São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES 1999, v. 3: Ciência Política, pp. 191-255) – confirmou esse crescimento exponencial ao longo da década. Essa tendência coincide com os processos da globalização e da regionalização, bem como a expansão e rápido crescimento dos cursos (em nível de graduação e pós-*lato sensu*) de relações internacionais no Brasil, situação que registrei aliás no livro "O estudo das relações internacionais do Brasil" (São Paulo: Editora da Universidade São Marcos, 1999).



Filão editorial

A começar pelo atual chanceler, Celso Lafer, que ostenta vastíssima produção nesse campo, bem como por diversos colegas diplomáticos propensos às lides acadêmicas, a produção cresceu enormemente, a ponto de inviabilizar uma notação, mesmo rápida, num texto como este de apresentação geral. Novas coleções surgiram, sobretudo entre as editoras universitárias, como foi o caso da UFRGS e da própria UnB, que ostentava o mais antigo curso (1975) de Relações Internacionais existente no Brasil.

As editoras comerciais também correram para ocupar o novo filão, culminando numa profusão de títulos no período recente, dificultando igualmente o adequado registro. Vejamos, entretanto, os livros mais significativos divulgados nos últimos anos ostentando uma certa conexão com as ações e o pensamento do Itamaraty. Esse levantamento, entretanto, deixou de lado as publicações do IPRI-Funag, que respondem melhor a iniciativa de divulgação da própria Casa do que a um legítimo impulso editorial respondendo a uma demanda social. Uma pesquisa mais extensa do conjunto da produção pode ser feita no *site* do Relnet (http://www.relnet.com.br).

A obra mais recente do intelectual Celso Lafer, já duas vezes ministro, é "A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro" (São Paulo: Perspectivas, 2001). Ele já tinha publicado "Comércio, Desarmamento, Direitos Humanos: reflexões sobre uma experiência diplomática" (São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999).

Editoras universitárias

A editora da UFRGS criou coleção específica, que já abrigou títulos como o de Paulo Fagundes Vizentini ("A política externa do regime militar brasileiro: 1964-1985", 1998), o de Paulo Roberto de Almeida ("Relações internacionais e política externa do Brasil", 1998) e de Samuel Pinheiro Guimarães ("500 Anos de Periferia", 2000).

Na UnB, até por força da proximidade, a produção conheceu notável amplitude nos últimos anos: nomes como os de Moniz Bandeira, Amado Cervo, Flávio

Sombra Saraiva, Estevão Martins e vários outros. Uma nova coleção foi lançada em 2001, sob responsabilidade do IBRI, congregando títulos dos citados autores, que podem ser conferidos no *site*: www.ibri-rbpi.org.br.

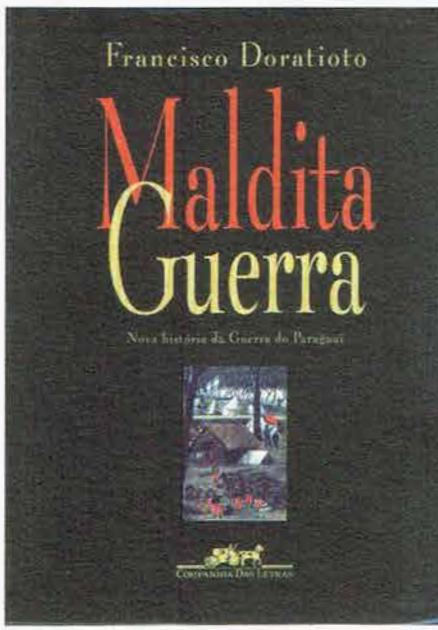
Prata da Casa

Na própria Casa, são diversos os diplomatas que tem comparecido com obras que aprofundam o engajamento dos diplomatas na pesquisa histórica (como Rubens Ricúpero em seus trabalhos sobre o Barão do Rio Branco ou como Synesio Sampaio Goes, que mereceu uma bem-sucedida republicação do seu magnífico "Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas", desta vez pela Martins Fontes.

Vale notar também as contribuições dos colegas na discussão das relações internacionais contemporâneas, a exemplo de Gelson Fonseca, em "A Legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações" São Paulo: Paz e Terra, 1998. Seguindo esse mesmo caminho, Fernando Paulo de Mello Barreto lançou uma obra de recapitulação detalhada de todos os lances mais importantes da política externa republicana pós-Barão até 1964 ("Os Sucessores do Barão", Paz e Terra, 2001). Mello Barreto promete, para breve, dar continuidade a esse trabalho que deverá cobrir o período ulterior.

Brasil na cena internacional

Com uma visão crítica sobre a inserção econômica internacional do Brasil, o economista Reinaldo Gonçalves dá continuidade a seus trabalhos nessa área, com o título "Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global" (Record, 2002). Na vertente historiográfica, menção especial deve ser feita ao professor de História das Relações Internacionais do Brasil do IRBr, Francisco Doratioto, que lançou em 2002 um trabalho fundamental para colocar em bases mais serenas a discussão sobre o mais importante conflito militar de nossa história: "Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai" (Companhia das Letras).



Finalmente, cabe igualmente um registro pessoal aos muitos trabalhos que este mesmo autor tem publicado desde 1993, sobretudo nas vertentes da integração (com três títulos sobre o Mercosul) e das relações econômicas internacionais do Brasil (ver os livros no *website* do autor: www.pralmeida.org).

Antecipando mais um título de reconhecido mérito historiográfico e de análise conceitual da diplomacia brasileira, anuncie-se aqui a próxima publicação comercial da tese de CAE de Carlos Henrique Cardim, "Rui Barbosa e a Política Exterior da República" (pela Martins Fontes). A produção brasileira nessa área deixou, enfim, suas características intermitentes, para converter-se em fluxo contínuo.

Paulo Roberto de Almeida

Athos Bulcão no Itamaraty

"Venha ver o desenho que estou fazendo". Foi assim, em pleno processo criativo, que, naquela manhã de sábado, março de 2002, **Athos Bulcão** me recebeu em seu apartamento em Brasília. Emoção sempre renovada estar em sua companhia, ali fiquei a observar o traço preciso do menino engenhoso que nunca deixou de habitar em Athos Bulcão.

Senhor das formas, escalas e composições geométricas perfeitas, resultado de refinado estudo e elaboração, Athos Bulcão em tudo imprime minuciosa exatidão e corte primoroso. E com razão. Pretendia tornar-se cirurgião, mas o curso de Medicina foi interrompido para mergulhar em outra vocação.

Gustavo Magalhães

Azulejos de Athos Bulcão, no Instituto Rio Branco

Não tardaram a ser admirados e reconhecidos o seu entendimento perfeito do jogo de formas, a paixão pela cor e a obsessão pelo ritmo displicente, assentados sobre superfícies rígidas e espaços monumentais. Esse notório talento remete ao carnaval da infância de Athos Bulcão, quando morava com a família perto da Vila Isabel. Seu irmão mais velho era amigo de Noel Rosa. O ainda garoto Athos Bulcão sentia-se fascinado pelo colorido alegre das ruas festivas da Vila, ao som do ritmo marcante. Começa a desenvolver, então, a figuração lúdica e, às vezes, caricata, manifestada primeiro em pintura e desenho e, logo a seguir, em fotomontagens.

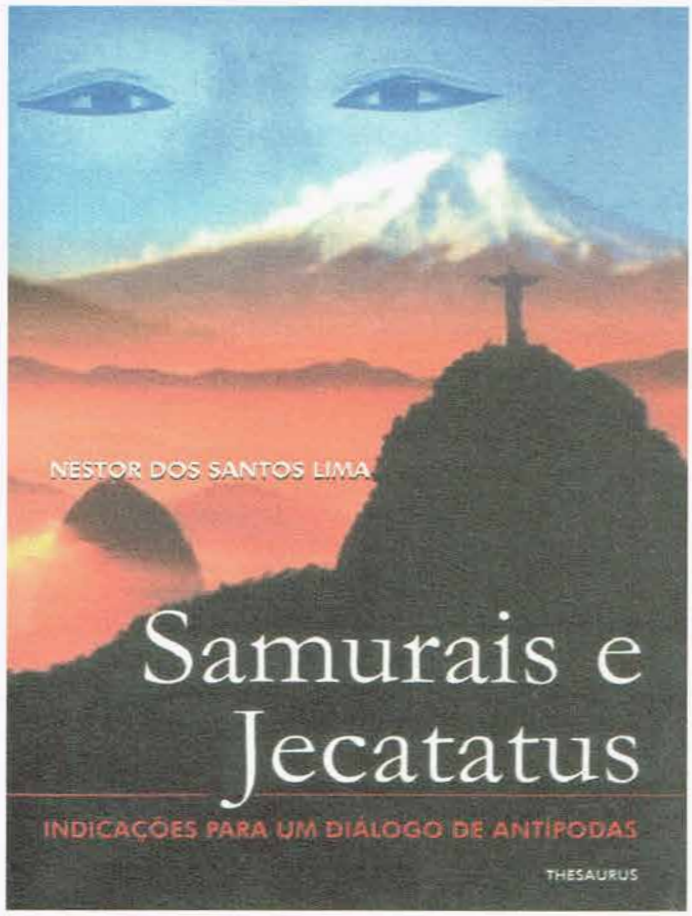
Cercados de suas obras em azulejaria, pintura e desenho, além das enigmáticas máscaras e de projetos de painéis em andamento, conversamos sobre a sua presença no Itamaraty. Esse homem de pensamento sensato e fala suave vai-me contando, entre um traço e outro do novo desenho, que sua ligação com o Itamaraty decorreu da participação de seus amigos, em especial Niemeyer, para quem fazia trabalhos desde 1955, na concepção das grandes construções da capital que se formava. Era fundamental pensar nos espaços internos dos palácios, ministérios, Congresso Nacional, Teatro Nacional, Hotel Brasília Palace, edifícios residenciais e igrejas que iam ocupando a imensidão do Planalto Central recém descerrada para o resto do País. Ninguém melhor do que Athos Bulcão, contratado, então, pela Novacap.

Não foi diferente o começo da relação de Athos Bulcão com o Itamaraty, que primeiro ganhou relevos em mármore branco (térreo do Palácio), treliças em ferro e madeira (Sala dos Tratados) e azulejos em azul e branco (Anexo I). Mais tarde, a inauguração do Anexo II revelou novos azulejos em azul e branco, além de outros em amarelo e branco. Por último, a sede do Instituto Rio Branco trouxe a magnífica parede de azulejos em branco e preto, indicada por Athos Bulcão para ilustrar a presente matéria.

Corolário de seus vínculos com o Itamaraty foi o lançamento, em 26 de março último, do tão esperado livro compilado pela fundação que leva o seu nome. Centenas de representantes de governo, artistas, jornalistas, agentes culturais, admiradores e amigos de todas as idades lotaram o terceiro andar do Palácio Itamaraty para abraçar o genial artista de múltiplas vertentes. Nada mais justo do que homenagear a sua absoluta maestria em fazer com que o rigor formal e o domínio perfeito da cor encontrem o contraponto ideal na musicalidade lúdica que tudo ordena e movimenta.

Maria Sílvia Barbin Laurindo

Samurais e Jecatatus - Indicações para um diálogo de antípodas
Nestor dos Santos Lima
Editora Thesaurus, 190 págs., 2001



Em sua quarta obra publicada, Nestor dos Santos Lima, apresenta, em 49 "mini-ensaios" sob a forma de capítulos, uma análise da história, do desenvolvimento econômico e, sobretudo, da cultura do Japão.

Embora o título nos traga a sugestão óbvia de que o autor procura uma comparação entre o Japão e o Brasil, o valor maior da obra é mostrar aos brasileiros a complexidade do "Japão profundo".

O autor também assinala como um excelente sistema de educação massificada, o alto espírito de sacrifício e uma elevada auto-estima, entre outros fatores, conduziram um país, em poucas décadas, de derrotado e destruído em 1945 à condição de segunda economia do mundo.

Em suma, embora o livro seja escrito com observações colhidas nas décadas de 70 e 80 e não carregue a influência da globalização na cultura japonesa, é bastante útil para quem quer estudar o Japão ou vai servir e/ou morar naquele país.

A Pedra e o Rio - Uma interpretação da poesia de João Cabral de Melo Neto
Lauro Escorel Rodrigues de Moraes
Academia Brasileira de Letras, 141 págs., 2001

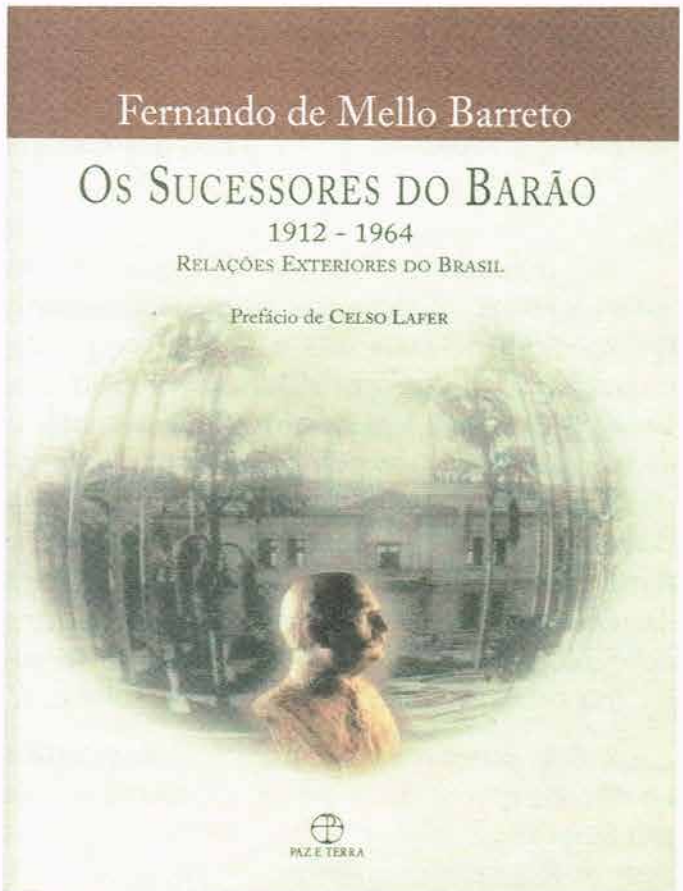
Esta nova edição, pela Academia Brasileira de Letras, de obra publicada há quase trinta anos permanece tão atual quanto o legado do poeta. Com raciocínio cristalino, despido de qualquer hermetismo, Escorel acompanha a trajetória de João Cabral, identificando contrastes e imagens recorrentes.

O próprio título explicita e sintetiza um deles: o conflito entre o sólido, permanente, estável e o transitório, fugaz e fluido.

São as "metáforas obsessivas" que revelam o conflito entre o dionisíaco e o apolíneo; o esforço por sobrepor à irracionalidade do sentimento e às sombras do inconsciente a luz da consciência estética, a linguagem geometrizante, o rigor intelectual.

Tendo convivido e se correspondido com o poeta, Escorel tem uma percepção privilegiada da obra cabralina em toda sua dimensão. Como assinalou o próprio João Cabral: seu ensaio me revelou muitas coisas a meu respeito..."

Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil, 1912-1964
Fernando P. de Mello Barreto Filho
Editora Paz e Terra, 364 págs., 2001



O livro traz uma informação bastante detalhada sobre os processos que marcaram as relações exteriores do Brasil desde a morte do Barão do Rio Branco até o advento da república dos generais.

Os principais lances da nossa política externa de 1912 a 1964 são seguidos ano a ano, em recompilação exaustiva dos eventos, apresentados em cinco partes: a República Velha, a era Vargas, a Guerra Fria, JK e a Operação Pan-Americana e a Política Externa Independente.

O levantamento da ação dos 21 chanceleres permite uma visão abrangente dos problemas internacionais enfrentados pelos titulares da Casa de Rio Branco ao tentar inserir o Brasil no mundo. A tradição continua a ser seguida pelos 13 outros "sucessores" (contando o próprio Celso Lafer) do período pós-1964, objeto de um segundo volume que Mello Barreto está convocado a terminar e publicar o quanto antes.

Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império
Paulo Roberto de Almeida
Editora Senac, 675 págs., 2001

Apresentado por Alberto da Costa e Silva e com "orelhas" assinadas pelo chanceler Celso Lafer, este trabalho é uma fonte preciosa de dados e observações sobre a vida internacional do Império brasileiro.

As quase setecentas páginas constituem apenas a primeira parte de uma trilogia, que terá um futuro volume sobre o período republicano, até 1945, e outro sobre o período 1945-2000.

O trabalho adota uma perspectiva ampla da diplomacia econômica, abrangendo não só o comércio, os financiamentos e investimentos mas também a força de trabalho, os canais multilaterais e o instrumental diplomático.

A obra contém numerosas tabelas e sinopses, além de ampla bibliografia e uma cronologia comentada do processo econômico colonial (1415-1822), que serve de útil pano de fundo para os capítulos sobre a economia imperial.

Diplomacia, disciplina e liberdade de expressão

A questão das limitações a que devem estar sujeitos os diplomatas em suas manifestações públicas sobre assuntos de política externa ganhou considerável atualidade. O irônico é que, em boa medida, a matéria se tornou atual porque as normas e procedimentos pertinentes nunca foram adequadamente renovados. Por isso mesmo, o tema merece reflexão conjunta que, de um ângulo diferente, já foi iniciada por alguns colegas no Boletim da ADB. O que se segue é uma modesta contribuição a tal reflexão.

Até um passado recente, as normas eram rígidas – vedava-se aos diplomatas manifestações públicas sobre política externa sem autorização superior – e, de modo geral, cuidadosamente respeitadas. Mudaram, porém, os tempos e foram-se modificando as práticas. Mais e mais diplomatas passaram a expressar-se publicamente sobre temas de política internacional, sem a necessária autorização superior. Em parte, era uma evolução natural. Os contatos com os veículos de comunicação e com a academia tornaram-se parte da atividade diplomática normal e o respeito estrito à letra dos dispositivos estatutários, mais difícil, às vezes impraticável.

Acrescente-se a isto um maior interesse da opinião pública pelos assuntos internacionais, o conseqüente aumento da demanda da mídia por análises de especialistas e, ligada à redemocratização do País, uma percepção às vezes excessivamente ampla do direito à liberdade de expressão. Era um quadro pouco propício ao respeito estrito às normas de antanho. E tal estado de coisas foi implicitamente reconhecido pelas autoridades da Casa, que passaram a fazer vista grossa às transgressões até o momento em que se produzia algum caso considerado mais grave, quando então se recordava a existência da lei.

Mais debate

Como o objetivo central das velhas normas ainda vigentes – evitar que manifestações individuais possam solapar os objetivos da nossa política internacional ou prejudicar o trabalho da nossa diplomacia – continua válido, parece necessário conciliar esse objetivo com a realidade atual. Parto da convicção de que precisamos de mais, não de menos, debate bem fundamentado sobre a nossa política externa e que, nele, a participação de diplomatas pode ser útil ao próprio Itamaraty. O objetivo da regulamentação não deve ser, pois, limitar o debate como tal, mas preservar o objetivo central acima referido.

Aceita tal premissa, pareceria válido estabelecer diferentes graus de restrição à liberdade de expressão pública, conforme a situação funcional do diplomata. Diplomatas aposentados teriam ampla liberdade de expressar publicamente suas opiniões sobre política internacional, sempre que deixassem clara sua situação. Neste caso, acredito que a única restrição explicitamente aplicável deveria referir-se a funções recentes, digamos, nos últimos cinco anos, exercidas pelo diplomata quando ainda na ativa. Com base na minha experiência pessoal, acredito já ser esta, hoje, a prática tacitamente aceita pelas autoridades da Casa.

Mais sensível é, evidentemente, o caso dos colegas da ativa, mas, também aí, acredito que seria possível fazer algumas distinções. Parece-me evidente que um diplomata em função executiva não poderia mani-

festar-se publicamente de maneira discrepante da política oficial na área de competência do órgão em que estivesse – ou houvesse recentemente estado – lotado. Tomemos um exemplo extremo. Seria inadmissível que um diplomata da área de integração latino-americana – ou que dela houvesse saído pouco antes – publicasse um artigo contra a nossa orientação no Mercosul.

É claro que ilustração tão simplificada e extrema deixa de lado problemas delicados de limites de competência e da intercorrência de áreas afins. Seria igualmente inadmissível, por exemplo, que tal artigo fosse escrito por um colega lotado na área que se ocupa da ALCA. *Mutatis mutandis*, restrições semelhantes seriam aplicáveis aos diplomatas lotados no exterior. Assim, em situações como as mencionadas acima, a norma teria de ser rígida. Publicamente, caberia ao diplomata em tais circunstâncias defender a linha oficial ou calar-se.

A situação torna-se, entretanto, tão menos nítida quanto mais tênue o vínculo entre a função de um hipotético diplomata-articulista e o tema tratado. Que gravidade teria, por exemplo, o fato de um diplomata lotado na Divisão de Pagamentos escrever de forma crítica sobre as negociações Mercosul-União Européia, desde que deixasse às claras a sua função e a circunstância de serem as suas opiniões estritamente pessoais? Provavelmente muito pouca, mas o problema prático de estabelecer numa norma geral os limites desta área cinzenta exigirá um exame cuidadoso da interação dos diferentes órgãos do Itamaraty e uma definição rigorosa das respectivas competências.

Um exemplo pertinente poderia ser o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI). Deseja-se realmente um instituto de pesquisa, o que, no sentido corrente, pressuporia um considerável grau de liberdade de opinião do diretor e dos pesquisadores da instituição? Ou deseja-se um órgão capaz de dar um certo respaldo acadêmico – ou algo que ele se assemelhe – à política oficial? As duas hipóteses têm vantagens e desvantagens, mas sobretudo, do ponto de vista desta breve reflexão, a opção por uma delas teria evidentes implicações sobre a liberdade de expressão pública a ser facultada ao seu diretor no exercício de suas atribuições.

Quadro Especial

E os problemas não param aí. Como tratar os diplomatas do quadro especial? É uma categoria esdrúxula - são funcionários da ativa com limitações. Caso se venha a aceitar a idéia básica aqui aventada – que é de dosar a liberdade de expressão pública do diplomata conforme a sua situação funcional – talvez fosse possível equiparálos aos demais diplomatas do quadro permanente. Dentro desta ordem de idéias, qualquer diplomata sem função teria ampla liberdade de expressão pública. Apenas sua elegibilidade para determinadas posições poderia vir a ser afetada pelas suas manifestações de opinião. As implicações de tal norma geral seriam, porém, muito menos graves para um colega do quadro especial.

> "A matéria se tornou atual porque as normas e procedimentos nunca foram adequadamente renovados"

Evidentemente, tais considerações não esgotam a problemática abordada, nem pretendem fazê-lo. O que se procurou foi tão-somente acenar com um enfoque alternativo, que – sem quebra de disciplina nem dano para a nossa atuação diplomática – possibilite a participação do diplomata no debate nacional sobre a política externa.

Luiz A. P. Souto Mayor

Novidades no atendimento bancário

Após três meses do lançamento do Centro de Atendimento Especializado a Clientes Pessoas Físicas em Miami, o Banco do Brasil nos Estados Unidos tem procurado, juntamente com seus clientes, sanar as dúvidas relativas ao processo de migração das contas do BB-Nova Iorque para o BB-Miami.

No período de setembro a novembro, observamos uma série de eventos que trouxeram impactos na utilização dos serviços do Banco do Brasil nos Estados Unidos. A transferência das contas para Miami, a mudança de localização da agência em Nova Iorque e, ainda, os trágicos eventos de 11 de setembro. Os dois primeiros eventos foram planejados de forma a minimizar as inconveniências que qualquer processo de mudança produz. Nada obstante, alguns problemas foram observados e até mesmo agravados dadas as conseqüências do ataque terrorista.

Hoje, porém, estamos confiantes de que estas dificuldades estão bastante minimizadas. Avaliando os impactos e analisando as sugestões recebidas dos clientes, gostaríamos de destacar algumas ações e informações que visam melhorar ainda mais a qualidade do atendimento.

Internet Banking - Mais de 3.000 clientes estão utilizando o BB Internet Banking. A partir de agora pode-se, via *Internet*, consultar saldos e extratos, solicitar talonários, contra-ordenar cheques e, a partir do início do próximo ano, realizar transferências externas de valores. Os clientes que ainda não tenham acesso e que queiram fazer uso do Internet Banking, deverão enviar uma mensagem para o endereço eletrônico bbusa@bb.com.br ou uma correspondência solicitando o serviço (é importante informar o seu *e-mail*) para o BB-Miami no endereço 2 South Biscayne Blvd. # 3870, Miami Flórida, 33131. Assim, serão enviadas todas as informações que garantirão o acesso com segurança a este novo serviço.

BB-Nova Iorque - Estamos em nosso novo endereço: 600, Fifth Avenue, Terceiro andar. Os telefones continuam os mesmos. O BB Nova Iorque continua oferecendo o atendimento dos serviços de caixa, como saques e depósitos para todos os clientes com contas em Miami. Convidamos todos aqueles que viajarem a Nova Iorque a visitarem as novas instalações.

Talões de cheques - O Banco encontrou uma solução técnica para que os talões de cheques, anteriormente fornecidos pelo BB-Nova Iorque, possam ser utilizados até o fim, sem a necessidade de serem substituídos. As novas solicitações de talões de cheques, na medida em que os anteriores se acabem, deverão ser direcionadas ao BB-Miami.

Fax Chaveados – Todas as mensagens chaveadas, necessárias nos casos em que estejam envolvidas transações/informações críticas como pagamentos, transferências de valores, mudança de endereço, etc. deverão ser sempre enviadas para os números (212) 626.7045, 626.7009 e 626.7167, no BB-Nova Iorque.

Correspondências, documentos ou solicitações sem chave deverão ser enviadas preferencialmente para o *e-mail* bbusa@bb.com.br ou diretamente ao BB-Miami, por correio (2 South Biscayne Blvd. # 3870, Miami, Florida 33131, USA), por fax (305 - 577.0541) ou por telefone (305 - 358.3586). Continuamos à disposição para esclarecimento de dúvidas, destacando que críticas e sugestões ajudam a aprimorar a qualidade de nossos serviços.

Rubens V. Amaral Jr.

Diretoria da ADB
Embaixador Luiz Vilarinho Pedroso (COR) - Presidente
Conselheiro Antenor Américo M. Borgéa Filho - Diretor Administrativo e Financeiro
Secretária Maria Feliciana Nunes Ortigão de Sampaio (DPAD)
Secretário Joel Souza Pinto Sampaio (DPB)
Secretário José Roberto de Andrade Filho (DODC)

Suplente da Diretoria
Secretária Maria Sílvia Barbin Laurindo (Cerimonial)

Conselho Fiscal
Embaixador Sérgio Damasceno Vieira (ISEX)
Embaixador Hélcio Tavares Pires (Aposentado)
Conselheiro Igor Kipman (CEMOR)

Suplente do Conselho Fiscal
Secretário Roland Stille

Secretariado da ADB
Gerente Administrativo: Tércio Arcúrio
Consultora: Clara de Assis G. Siqueira Neto

ADB
Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ano X – Nº 41
Edição Setembro de 2002
ISSN 0104-8503

Conselho Editorial
Antenor Américo Mourão Bogéa Filho
Luiz Vilarinho Pedroso
Maria Elisa Berenguer
Pedro Luiz Rodrigues
Sérgio Damasceno Vieira
Sérgio Fernando Guarischi Bath

Editor
Ronaldo de Moura

Jornalista Responsável
Larissa Bortoni Dias
(Reg. Prof. 2513/13/13-DF)

Revisora
Joíra Coêlho Furquim

Secretários de Redação
Tércio Arcúrio
Clara de Assis G. Siqueira Neto

Programação Visual
Carlos Eduardo Felice Barbeiro

Editoração
Rubens Bonfim

Bico-de-Pena
Cícero Lopes

Impressão
F'CAZ Gráfica e Editora Ltda.

Tiragem
1.400 exemplares

ADB - Associação dos Diplomatas Brasileiros
Ministério das Relações Exteriores - Esplanada dos Ministérios
Palácio Itamaraty, Anexo I, 3º andar, sala 329-A
70170-900 Brasília, DF - Brasil
Fones: (61) 411-6950 e 224-8022
Fax: (61) 322-0504